

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**PLANO REAL E SEUS FORMULADORES:
A ANÁLISE DE UMA POLÍTICA
ANTI-INFLACIONÁRIA**

VANESSA MARTINS GOULART

matrícula nº 107347226

ORIENTADOR: Prof. Almir Pita Freitas Filho

AGOSTO 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**PLANO REAL E SEUS FORMULADORES:
A ANÁLISE DE UMA POLÍTICA
ANTI-INFLACIONÁRIA**

VANESSA MARTINS GOULART
matrícula nº 107347226

ORIENTADOR: Prof. Almir Pita Freitas Filho

AGOSTO 2017

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade da autora

Dedico este trabalho aos meus avós Hilda e Tarcísio que sempre serviram de exemplo e base para mim, me apoiando e incentivando nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus e a minha família que me deram todo suporte para completar essa fase. Agradeço aos meus avós, Hilda e Tarcísio, por todo amor e compreensão destinados a mim durante toda minha vida, por serem essas pessoas incríveis que através de seus ensinamentos me fizeram crescer e ter valores únicos. A vocês, eu só espero poder dar muitos motivos de alegria e honrá-los a cada atitude que eu tome. O amor e a gratidão que tenho a vocês serão eternos! Agradeço aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado em minhas decisões. Obrigada mãe por sempre me ouvir e se preocupar comigo, por ter toda a paciência do mundo. Obrigada pai por toda ajuda e zelo que tem comigo. Agradeço a minha madrinha Lúcia que além de ser um exemplo para mim como pessoa e como profissional, é também a minha melhor amiga! Obrigada por todas as conversas e companheirismo. Ao meu tio Fábio que sempre que precisei esteve disposto a me ajudar. Ao meu afilhado Gabriel por ser minha fonte de felicidade e minha vontade de melhorar cada vez mais, nós sempre estaremos juntos.

Destino ao meu orientador, professor Almir Pita, meu sincero agradecimento por ter me guiado nesse trabalho, sempre estando disposto a me orientar e incentivar de forma muito generosa. Muito obrigada por toda atenção que dedicou a mim durante esse período, sua dedicação, colaboração e correções foram essenciais para a organização das minhas ideias ao decorrer deste trabalho. Aproveito para agradecer a todos os professores desse instituto que ajudaram na minha formação acadêmica.

Aos meus amigos agradeço todo o incentivo e motivação dados a mim. Em especial, a minha grande amiga, Dayana, que sempre me apoiou e acreditou em mim, que me ajudou a superar diversas fases difíceis ao longo deste processo. Não poderia deixar de citar, Bruna e Beatriz, duas amigas que fiz durante a faculdade e que hoje se tornaram parte da minha vida.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao meu namorado Rafael que com seu companheirismo e cumplicidade divide comigo os meus momentos positivos e negativos, me escutando e dando todo o apoio e alicerce para que eu siga em frente, buscando sempre me fazer acreditar em mim mesma. Agradeço por toda paciência em ler e reler cada linha dirigida a este trabalho, foram muitas versões e ajustes até finalizá-lo. Obrigada por seu amor e dedicação, sem dúvida foram e são muito importantes para mim.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo demonstrar os motivos pelo qual o Plano Real é considerado o programa de estabilização econômica que conseguiu alcançar o controle inflacionário no Brasil após um período de inflação crônica e ascendente. Procura-se montar um cenário da economia brasileira anterior a este plano, ao longo da década de 80 e início de 90, mostrando o declínio da política do desenvolvimentismo nacional para políticas de controle à instabilidade monetária existente, por meio de programas de estabilização econômica. Há a exposição do Plano Real através de suas inspirações, como as proposições do Neoliberalismo, suas fases e consequências para o país desde sua criação até o final de 1998. Por fim, apresenta-se uma discussão sobre a Teoria da Inflação Inercial juntamente com a equipe econômica responsável pelo fomento deste programa e argumentos que dão embasamento ao resultado deste. A partir desses elementos de estudo, conclui-se que o Plano Real foi um programa efetivo no seu propósito mais imediato, conseguindo após várias tentativas anteriores mal sucedidas alcançar a estabilidade inflacionária. No entanto, no período abrangente de análise pode-se ver que não houve a retomada do crescimento econômico do país, apesar do aumento do poder aquisitivo da população.

Palavras-chave: Plano Real; inflação; programas de estabilização econômica; Neoliberalismo; Teoria Inercial; equipe econômica.

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAE/FGV – Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da Fundação Getúlio Vargas
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EPGE – Escola de Pós-Graduação em Economia
FAF – Fundo de Aplicações Financeiras
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIPE/USP – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FSE – Fundo Social de Emergência
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI – Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado
II PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento
IOF – Imposto sobre Obrigações Financeiras
IPC – Índice de Preços ao Consumidor
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPCA-E – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
MIT – Massachusetts Institute of Technology
ONU – Organização das Nações Unidas
ORTN – Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional
PAI – Programa de Ação Imediata
PIB – Produto Interno Bruto
PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
TR – Taxa Referencial de Juros
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros
URP – Unidade de Referência de Preços
URV – Unidade Real de Valor
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1: Taxa de crescimento (%) do PIB de 1979 a 1985.	14
Tabela 2: Alguns índices macroeconômicos do período entre 1979 e 1985.	15
Tabela 3: Taxa de inflação anual do período de 1980 a 1990.	17
Tabela 4: Inflação oficial – taxa inflacionária mensal de janeiro de 1985 a dezembro de 1990.	18
Tabela 5: Crescimento percentual do PIB ao longo da década de 80 até as vésperas da adoção do Plano Real.....	26
Tabela 6: Quadro com os planos de estabilização econômica realizados entre 1986 e 1993...	27
Tabela 7: Crescimento anual do PIB e da indústria no Brasil entre 1993 e 1998. (taxa percentual a.a.).....	35
Tabela 8: Trimestral do Produto Interno Bruto brasileiro entre 1993 e 1998.	36
Tabela 9: Balanço fiscal entre 1994 e 2000: Necessidade de financiamento e dívida líquida do setor público em relação % do PIB.	39
Tabela 10: Indicadores macroeconômicos pós Plano Real.	40
Figura 1: André Lara Resende na época de instauração do Plano Real e atualmente.	44
Figura 2: Edmar Bacha na época de instauração do Plano Real e atualmente.	46
Figura 3: Gustavo Franco na época de instauração do Plano Real e atualmente.	47
Figura 4: Pedro Malan na época de instauração do Plano Real e atualmente.	49
Figura 5: Pérsio Arida na época de instauração do Plano Real e atualmente.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de inflação média entre 1985 e 1990.....	19
Gráfico 2: Inflação mensal entre meados de 1993 até o final de 1994, verificada através do IPCA.	33
Gráfico 3: Evolução da Balança Comercial Brasileira no período de 1994 a 1998 (dados em bilhões de US\$).	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A SITUAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA ÀS VÉSPERAS DA ADOÇÃO DO PLANO REAL.....	13
<i>I.1 - CONJUNTURA NACIONAL: PANORAMA POLÍTICO E ECONÔMICO PRÉ-REAL.....</i>	13
I.1.1- A Situação Brasileira na Primeira Metade da Década de 80: A Questão Inflacionária.....	13
I.1.2- As Tentativas de Combate à Inflação e Seus Impasses: Da Nova República ao Plano Real.....	17
<i>I.2 – A CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO E O CENÁRIO INTERNACIONAL: O AUGE DO NEOLIBERALISMO E O CONSENSO DE WASHINGTON.....</i>	23
CAPÍTULO II: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA COM O PLANO REAL: DA CONFECCÃO À SUA EXECUÇÃO	28
<i>II.1- CONCEITO, FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL</i>	28
II.1.1- Fase 1 – O Ajuste Fiscal.....	29
II.1.2- Fase 2 – Desindexação e Criação da Unidade Real de Valor.....	31
II.1.3- Fase 3 – A Nova Moeda e a “Âncora Nominal”	33
<i>II.2 – O CENÁRIO BRASILEIRO APÓS O PLANO REAL ENTRE 1994 A 1998</i>	35
CAPÍTULO III – O PLANO REAL ATRAVÉS DA INTERPRETAÇÃO DE SEUS FORMULADORES	41
<i>III.1- A EQUIPE ECONÔMICA DO PLANO REAL</i>	42
III.1.1- André Lara Resende.....	43
III.1.2- Edmar Bacha.....	45
III.1.3- Gustavo Franco	47
III.1.4- Pedro Malan	48
III.1.5- Pêrsio Arida	50
<i>III.2- A TEORIA INERCIALISTA E A ARGUMENTAÇÃO NO PLANO REAL.....</i>	52
<i>III.3- OPINIÃO DE ALGUNS ECONOMISTAS ACERCA DO PLANO REAL NO PERÍODO ENTRE 1994 E 1999</i>	54
CONCLUSÃO.....	59
BIBLIOGRAFIA	62
ANEXO A – ENTREVISTA COM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO A RESPEITO DO PLANO REAL.....	68

INTRODUÇÃO

O período de 1979 a 1984 marca um esgotamento do modelo de desenvolvimentismo nacional, caracterizado pela busca do crescimento econômico que vinha sendo fomentado no Brasil desde 1950 pelo modelo de Industrialização por Substituição de Importações. Em 1984, após vinte anos de Regime Militar, o movimento “Diretas Já” ganhava força perante a população, numa busca pela retomada da democracia no país. Apesar de não ser aprovada a emenda que garantiria as eleições diretas, a transição para democracia já estava acontecendo com a eleição de Tancredo Neves, primeiro presidente civil eleito desde 1960. No entanto, este não assumiu o cargo, passando o poder para José Sarney que dirigiu entre 1985 a 1989, época conhecida como “Nova República”. Ao longo desses cinco anos, o Brasil apresentou um quadro de estagnação econômica com queda do crescimento econômico, aumento do desemprego e uma taxa de inflação instável e ascendente. Em meio a esse cenário de desequilíbrio e instabilidade, foram elaborados planos de estabilização mal sucedidos com o intuito de combater essa situação que se agravava.

No início da década de 1990, com a eleição de Fernando Collor de Melo, existe uma mudança no contexto político, marcando a retomada da democracia no país, com a volta da eleição a presidente pelo voto direto. No entanto, apesar das transformações ocorridas nessa fase, como a efetiva ruptura do modelo de crescimento com elevada participação do Estado na economia, com uma política com objetivos prioritários de combate à inflação e lançamento de dois programas econômicos. Não só houve o fracasso destes como também ocorreu à deterioração da situação econômica do país. Assim sendo, apenas em 1993, com Itamar Franco na presidência e Fernando Henrique Cardoso como Ministro de Fazenda, foi lançado um novo programa de estabilização econômica capaz de restabelecer o equilíbrio na economia, estabilizando a inflação, o Plano Real.

Este trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro aborda o cenário nacional e internacional brasileiro às vésperas da adoção do Plano Real, ao longo da década de 1980 até meados de 1990. Procura-se mostrar como a inflação passou a alcançar taxas crescentes e crônicas. Serão apresentados os planos econômicos instaurados como forma de combater essa situação e suas consequências. Será tratada a mudança da política econômica vigente no Brasil nesse período, mostrando a degradação do desenvolvimentismo para esse tipo de política voltada ao controle inflacionário. Em relação ao contexto internacional, será apresentada a relação deste com a criação do Plano Real, mostrando como as proposições do

Consenso de Washington e os ideais Neoliberais, por exemplo, serviram de influência para o plano.

O segundo capítulo retrata o Plano Real. Inicia-se com uma apresentação conceitual do programa, exemplificando o contexto em que está sendo instaurado. Em seguida apresentam-se as suas três fases, mostrando as medidas realizadas referentes ao ajuste fiscal, monetário e cambial. Finaliza-se esse capítulo expondo as consequências deste plano para o Brasil entre 1994 e 1998.

O terceiro capítulo busca mostrar a importância da equipe econômica criadora do Plano Real para sua efetividade. Para isso é feita uma breve apresentação de cada membro, exibindo a influência da escola Neoliberal nas suas formações acadêmicas. Em seguida relaciona-se a argumentação da Teoria Inercial a este plano de estabilização, mostrando a argumentação de integrantes dessa equipe nessa formulação. Por fim, são apresentadas opiniões a respeito deste programa por parte de economistas presentes ao longo deste trabalho.

O estudo desses capítulos visa discutir as motivações para criação do Plano Real, o contexto no qual ele estava inserido na época que foi idealizado. Trata-se da busca de relacionar a teoria de sua concepção com a prática estabelecida pela equipe econômica por trás dele. Realçando o que se considera importante para seu êxito, suas originalidades e vertentes. É fundamental essa discussão, uma vez que esse plano conseguiu combater a questão considerada durante anos de maior dificuldade para o Brasil, a situação inflacionária que vinha afligindo toda a população e o governo. Além de ter se estabelecido uma moeda forte e estável, o Real.

As questões são: pode-se dizer que o Plano Real foi o programa de estabilização econômica mais bem sucedido no Brasil no período assinalado em relação ao combate a inflação? Se a constatação for positiva, como foi possível através da proposta desse programa chegar à estabilização econômica? No período após a criação do plano, de 1994 até 1998, foi possível retomar o crescimento econômico do país? Como esse plano se diferencia dos demais realizados no período da “Nova República”? Qual foi o papel da formação acadêmica e teórica dos formuladores do Plano em seus resultados? A relevância dessas indagações se deve ao fato do Brasil ser um país emergente que durante décadas passou por um período de estagnação econômica acompanhado por uma inflação crônica e ascendente. Inflação essa que interferia de forma significativa na vida da população e dos setores públicos e privados, causando uma dependência e incerteza no país.

O objetivo deste trabalho é analisar as razões pelas quais o Plano Real foi considerado um plano de estabilização econômica efetivo a partir da década de 90. Para isso, ao longo deste projeto foi utilizada uma revisão bibliográfica a cerca deste tema, capaz de formar uma base teórica abrangente para contextualizar e argumentar a respeito deste programa, além de serem apresentados dados macroeconômicos que exemplificam as informações fornecidas, obtidos através de órgãos reconhecidos publicamente como o Ministério da Fazenda, a Fundação Getúlio Vargas, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre outros.

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A SITUAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA ÀS VÉSPERAS DA ADOÇÃO DO PLANO REAL

O período conhecido como a “década perdida”, equivalente à década de 80, foi um período de estagnação econômica, sem crescimento relevante do Produto Interno Bruto (PIB), acompanhado pelo crescimento da taxa de desemprego e por um quadro inflacionário instável e elevado. (Filgueiras, 2012:77) Essa época pode ser compreendida por duas etapas distintas: a primeira, de 1979 a 1984, mostra a busca pelo equilíbrio do balanço de pagamentos e ajuste da dívida externa do país, com políticas de cunho ortodoxas. Enquanto a segunda, de 1985 a 1989, representa um período de combate ao processo inflacionário reinstaurado na economia, através de programas heterodoxos ou mistos. A seguir será mostrado como ao longo desses anos ocorreu à mudança da política econômica vigente no Brasil, deixando para trás o período desenvolvimentista cujo objetivo era o crescimento econômico e instaurando-se uma política de combate à inflação.

Perante esse cenário, a primeira parte desse capítulo apresenta o quadro nacional brasileiro ao longo dessa década e dos anos 90, mostrando como se alcançou um quadro inflacionário crescente e crônico no país. Para isso, serão expostas as tentativas de combate a essa situação e seus impasses. A segunda parte apontará a degradação do desenvolvimentismo no Brasil e o contexto internacional na época em questão, mostrando como serviu de influência na elaboração do Plano Real.

1.1 - CONJUNTURA NACIONAL: PANORAMA POLÍTICO E ECONÔMICO PRÉ-REAL

I.1.1- A Situação Brasileira na Primeira Metade da Década de 80: A Questão Inflacionária

O governo do general João Figueiredo, de 1979 a 1984, foi marcado por três fases diferentes quando se analisa o comportamento do crescimento econômico do país, assim como pode ser verificado na tabela 1. A primeira fase foi de crescimento do PIB que vai de 1979 a 1980, a segunda de recessão econômica entre 1981 e 1983 e a terceira foi um período de recuperação através das exportações, finalizando esse último mandato do regime militar.

Tabela 1: Taxa de crescimento (%) do PIB de 1979 a 1985.

ANO	CRESCIMENTO DO PIB (%)
1979	6,8
1980	9,3
1981	-4,3
1982	0,8
1983	-2,9
1984	5,4
1985	7,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de IPEA – Carta de Conjuntura | março 2010.

Em 1979 com o segundo choque do Petróleo e o aumento das taxas de juros dos países industrializados, Delfim Netto, ministro de planejamento na época, instituiu medidas de contenção do déficit público e de correção cambial, que fizeram o processo inflacionário aumentar de 38% do governo anterior para 93% nesse primeiro biênio de 1979-80. Devido a esse crescimento da inflação e a perda do poder real aquisitivo dos salários, houve uma mudança no regime de reajuste salarial, de anual para semestral, que juntamente com a prática da indexação de contratos expandida, realimentavam a inflação, causando o que se chama de Inflação Inercial. Nesse período, apesar da inflação crescer, houve o crescimento do PIB graças ao aumento das exportações e à finalização dos investimentos instaurados no II Plano Nacional de Desenvolvimento¹. (Hermann, 2016:88-89)

A segunda fase de 1981 a 1983 foi marcada pela piora do setor externo, fazendo com que o governo adotasse um regime de ajuste externo totalmente recessivo. As taxas de juros permaneceram elevadas para reduzir o déficit no balanço de pagamentos, diminuindo o consumo interno e atraindo capital externo através da inserção de empresas nacionais no mercado internacional, em busca de crédito com taxas de juros menores. (Carneiro e Modiano, 2014:264-274)

Esse período foi de forte recessão, o PIB teve um decréscimo de cerca de 2,2% ao ano. A balança comercial a partir de 1981 tornou-se superavitária e em 1982 o Brasil estabeleceu o primeiro acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) solicitando um empréstimo a

¹II Plano Nacional de Desenvolvimento também conhecido como II PND, foi um plano econômico lançado no governo do general Ernesto Geisel, tinha como objetivo substituir as importações e na medida do possível abrir frentes para a exportação, para isso estimulou o desenvolvimento da indústria, principalmente a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia.

este. Em 1983 ocorreu uma maxidesvalorização de 30% do cruzeiro, o que causou uma desvalorização real e produziu um salto na inflação no país. (Hermann, 2016:90-92)

Outra medida utilizada pelo governo para financiar os seus déficits foi à indexação da dívida pública. Essa tática em um ambiente onde a inflação estava progressiva, com política cambial e de taxas de juros elevadas, fez com que a dívida continuasse a crescer para 14,3% do PIB e o déficit nominal do governo para 24,6% apesar da política fiscal restritiva. Porém em 1984 há uma recuperação do PIB, aumentando cerca de 5,4%, resultado da queda nas importações e do êxito do II PND na substituição de importações de bens e na promoção das exportações. (Hermann, 2016:91)

Tabela 2: Alguns índices macroeconômicos do período entre 1979 e 1985.

ANO	BALANÇA COMERCIAL (bilhões de US\$)	RESERVAS INTERNACIONAIS (bilhões de US\$)	IGP-DI (acumulado %)
1979	-1,0	9,7	77,29
1980	-2,8	6,9	110,25
1981	1,2	7,5	95,20
1982	0,8	4,0	99,71
1983	6,5	4,6	210,98
1984	13,1	12,0	223,81
1985	12,5	11,6	235,13

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de balança comercial e reservas internacionais: IPEA – Carta da Conjuntura | março 2010 e de IGP-DI: Portal Brasil

Como se pode ver na tabela 2 a primeira metade da década de 80, marcada por planos de estabilização de cunho ortodoxo, não conseguiu conter a ascensão do processo inflacionário no Brasil, que tomou um rumo ascendente de 100% em 1980 para cerca de 224% em 1984, atingindo 235% no final de 1985. Porém, promoveu um ajuste externo da economia, que passou de um déficit de US\$ 2,8 bilhões em 1980 para um superávit de US\$ 13,1 bilhões em 1984, através do crescimento das exportações favorecido pelo mercado em expansão da economia mundial e um aumento do PIB de 5,4% em 1984 para 7,8% em 1985. (Castro, 2016:97-101)

Nesse contexto de uma inflação crônica e com propriedades próprias, que “resistia às pressões deflacionárias da recessão e do desemprego”, a existência da necessidade da desindexação da economia era percebida como primordial. (Modiano, 2014:281)

Assim como Lavinia expõe, em 1984, havia quatro vertentes para desindexação da economia: o “Choque Ortodoxo” que se baseava na Teoria Quantitativa da Moeda, defendia que a inflação era resultado de uma expansão excessiva da moeda para suprir os gastos públicos. Sendo assim para combatê-la precisaria haver uma desindexação da economia com a liberação de preços, juntamente com cortes de gastos do governo e de emissão de moeda e aumento na arrecadação de impostos e tarifas; a teoria do “Pacto Social” que diagnosticava a inflação como consequência do conflito distributivo de renda presente nos setores da sociedade. Propunha um acordo direcionado pelo Estado, onde os setores não aumentariam os preços dos produtos e serviços por um período de tempo, deixando de haver, temporariamente, disputas pela maior renda a receber nas classes sociais, visando à estabilização econômica; o “Choque Heterodoxo” que defendia que a inflação presente era autoalimentada pela inflação passada, tendo o fator inercial como causador da inflação; e a teoria da “Reforma Monetária” que não viam nos gastos públicos influência excessiva na inflação e nem nas variações do hiato do produto visto na Curva de Phillips. (Castro, 2016:102-105)

Tendo o permanente crescimento da taxa inflacionária e partindo do pressuposto de que a inflação brasileira era de caráter inercial, duas propostas receberam atenção na época. A de Pêrsio Arida e André Lara Resende, posteriores colaboradores com a elaboração do Plano Real, que propunham desindexar a economia através da criação de uma nova moeda indexada que circularia em conjunto com a moeda vigente e a proposta de Francisco Lopes, de cunho heterodoxo, que propunha o congelamento de preços e salários da economia. (Modiano, 2014:282) Lopes indica que a inércia ocorre da realização de contratos com cláusulas indexadas, mostra que essa inflação não é passageira e sim criadora de expectativas permanentes. (Castro, 2016:105)

Essa argumentação a cerca da discussão inflacionária no Brasil serviu de alicerce para a próxima metade da década, que como será discutido neste trabalho, envolve a criação de planos de estabilização de caráter heterodoxo, salientando o congelamento de preços e a desindexação da economia. Como é percebida na tabela 3, a taxa de inflação brasileira durante essa “década perdida” manteve-se em elevado patamar, apesar das diversas tentativas de estabilização, sendo esta somente alcançada após a instauração do Plano Real em 1994.

Tabela 3: Taxa de inflação anual do período de 1980 a 1990.

ANO	TAXA DE INFLAÇÃO (acumulado %)	ANO	TAXA DE INFLAÇÃO (acumulado %)
1979	77,29	1985	235,13
1980	110,25	1986	65,04
1981	95,20	1987	415,87
1982	99,71	1988	1.037,53
1983	210,98	1989	1.782,85
1984	223,81	1990	1.476,71

Fonte: Portal Brasil, índice IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

I.1.2- As Tentativas de Combate à Inflação e Seus Impasses: Da Nova República ao Plano Real

A fase conhecida como Nova República, de 1985 a 1990, foi marcada por mudanças no cenário político e econômico do país, onde a política econômica se destinou em combater a inflação que vinha num processo de crescimento como visto.

O Brasil que vinha sendo comandado pelo Regime Militar desde 1964 passou, em 1984, por um movimento conhecido como “Diretas Já”, que ao longo de comícios e manifestações foi ganhando apoio popular e tinha como proposta a volta das eleições diretas para o cargo de presidente da República. Assim como Lavínia B. de Castro retrata, a população estava esperançosa e confiante que a volta da democracia viria acompanhada não só de liberdade como de crescimento econômico, controle da inflação e de uma distribuição de renda mais igualitária. (Castro, 2016:98) Embora a Emenda Dante de Oliveira² não tenha sido aprovada, Tancredo Neves foi eleito o novo presidente do Brasil, em janeiro de 1985, através de eleições indiretas, realizadas por um Colégio Eleitoral. Ele foi após anos o primeiro presidente civil eleito no país. No entanto, faleceu antes de tomar posse, assumindo assim o governo sua equipe econômica mista (alguns seguiam a linha ortodoxa e outros a linha heterodoxa) liderada pelo seu vice José Sarney.

José Sarney por sua vez, ao ingressar no governo não deu seguimento à proposta de Tancredo de se fazer um “pacto social” para harmonizar os aumentos de salário real com a tentativa de reduzir as taxas inflacionárias, instaurando inicialmente medidas de cunho

² A Emenda Dante de Oliveira propunha eleições diretas e populares para presidência do Brasil. Porém no dia 25 de abril de 1984, esta não foi aprovada por não alcançar os 2/3 de votos necessários.

monetário e de austeridade fiscal. Seu ministro da fazenda Francisco Dornelles (cunho ortodoxo) optou por um congelamento de preços em abril de 1985 e uma mudança no período do cálculo de correção monetária e desvalorização cambial, de um mês para três meses, essas medidas foram tomadas com o intuito de conter a taxa de inflação que na época era 12,7%. Houve uma queda na inflação em abril para 7,2%, porém esta não se manteve por muito tempo, como se pode ver na tabela 4, em junho a inflação passou a subir novamente fazendo com que o então ministro da fazenda fosse substituído por Dílson Funaro, que instaurou a taxa inflacionária fixa de 10% ao mês, era uma política econômica menos focada na base monetária. (Modiano, 2014:285-287)

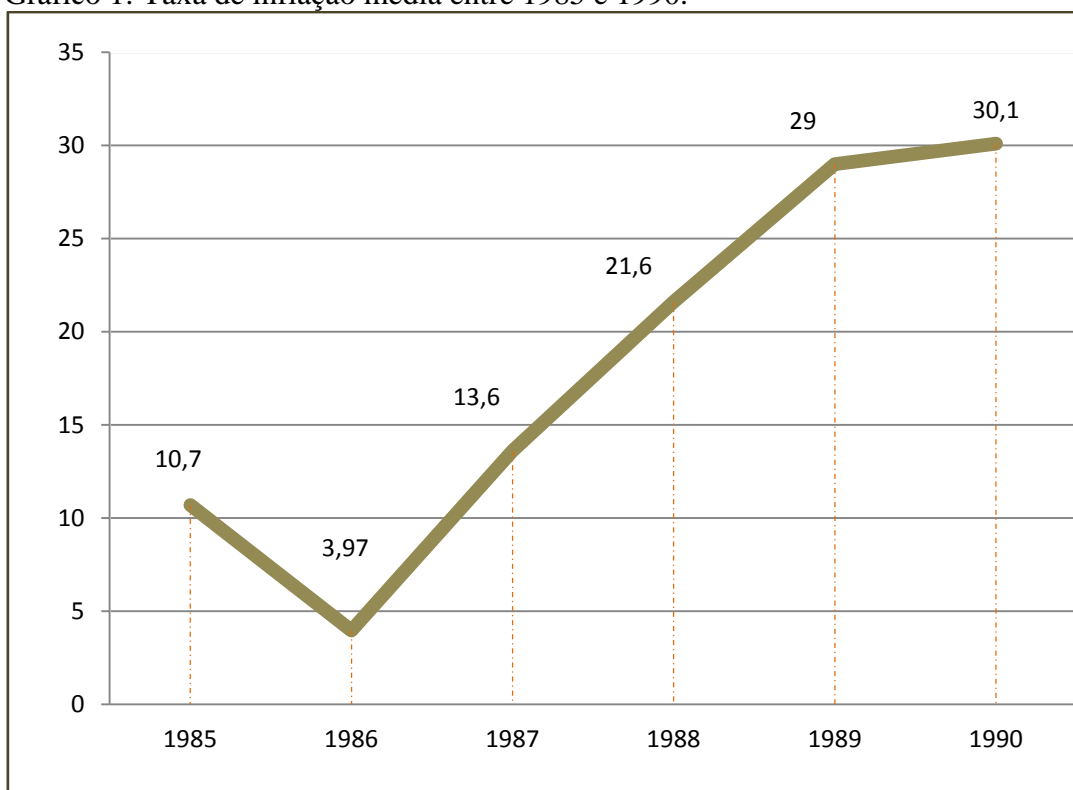
Tabela 4: Inflação oficial – taxa inflacionária mensal de janeiro de 1985 a dezembro de 1990.

ANO/MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1985	12,6	10,2	12,7	7,2	7,8	7,8	8,9	14	9,1	9	14	15,1
1986	14,4	12,7	-0,1	0,8	1,4	1,3	1,2	1,7	1,7	1,9	3,3	7,3
1987	16,8	13,9	14,4	21	23,2	21,4	4,0	6,4	5,7	9,2	12,8	14,1
1988	16,5	18	16	19,3	17,8	19,5	24	20,7	24,2	27,2	26,9	28,8
1989	70,3	3,6	6,1	7,3	9,9	24,8	28,8	29,3	35,9	37,6	41,4	53,5
1990	56,1	72,8	84,3	44,8	7,9	9,5	12,9	12	12,8	14,2	15,6	18,3

Fonte: Modiano, 2014

Como Eduardo Modiano diz esse conjunto de medidas graduais instaurado no primeiro ano de governo da Nova República não foi bem sucedido, não conseguindo manter a estabilidade mensal das taxas inflacionárias da economia. (Modiano, 2014:290) Dando continuidade às discussões da equipe econômica em questão, as medidas de curto prazo deram lugar aos planos de estabilização econômica, como Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão que serão comentados a seguir, mas que como se pode ver no gráfico 1 não obtiveram sucesso no controle da inflação, que sofreu um crescimento progressivo.

Gráfico 1: Taxa de inflação média entre 1985 e 1990.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados de Modiano, 2014.

Em meio a discussões acerca das causas da elevada taxa da inflação brasileira e as soluções apresentadas para combatê-la foi criado o Plano Cruzado, primeiro plano de estabilização, instaurado no governo Sarney em fevereiro de 1986. De acordo com Lavinia B. de Castro, o Plano Cruzado foi um plano “heterodoxo” seguindo a ideologia de Francisco Lopes, com forte semelhança ao Plano Austral³ realizado na Argentina. (Castro, 2016:110) Afirma-se isso no texto de Filgueiras, onde este coloca que para os criadores deste plano a inflação era de cunho inercial, não havendo pressões de oferta e demanda sobre os preços, o que justificaria o “choque heterodoxo” proposto e indicaria que este era o momento para criação dessa proposta. (Filgueiras, 2012:80)

Segundo Lavinia, existiram quatro grandes medidas no plano: a reforma monetária com a criação da nova moeda, o Cruzado e o congelamento de preços, inclusive da taxa de câmbio praticada no dia anterior a criação do plano; a desindexação da economia onde ficou proibido a indexação de contratos com duração de menos de um ano; criou-se o IPC – Índice de Preços ao Consumidor, mudando a data de computação do índice para que a taxa inflacionária de

³ Plano Austral foi um plano econômico que visava o combate à inflação e o pagamento da dívida externa na Argentina. Criado em 15 de junho de 1985 durante o governo de Raúl Alfonsín, em meio a um cenário de retração econômica. Entre as medidas aplicadas no plano vemos o congelamento de preços e salários e a troca da moeda nacional, de peso para austral.

fevereiro não o influenciasse e as poupanças passaram a ter rendimentos trimestrais e não mais após um mês para diminuir a “ilusão monetária”; e os reajustes salariais para cruzados, tendo sido criado o “gatilho salarial” que faria um ajuste imediato do salário quando a inflação atingisse ou ultrapassasse 20% para evitar perdas salariais acumuladas. (Castro, 2016:109-111)

De acordo com Filgueiras o sucesso inicial do plano foi logo visto, com o crescimento da demanda e da produção, com a redução da inflação e o aumento de empregos. Houve um aumento do poder aquisitivo da população. (Filgueiras, 2012:82) No entanto, após meses de estabilização, perceberam-se algumas questões ineficazes no plano, como a quantidade de moeda ofertada que seria capaz de se ajustar com a quantidade demandada, sem que afetasse a inflação, havendo assim uma expansão da oferta monetária maior do que deveria ocorrer. As taxas de juros reduziram, salientando a procura por crédito e aumentando demasiadamente o consumo que foi acompanhado por um desabastecimento frequente na economia. Havia um superaquecimento da economia, que agravava a prática do “ágio” e uma discussão sobre o descongelamento. O processo inflacionário voltou a crescer. (Castro, 2016:113)

Como mostra Filgueiras o contexto internacional ainda estava em situação ruim, onde os mercados financeiros com baixa liquidez não estavam realizando empréstimos, as exportações diminuíram devido à falta de produção que estava voltada ao consumo interno, aumentando as importações, havia uma sobrevalorização do câmbio. (Filgueiras, 2012:82) Surgiram duas tentativas de consertar o Plano Cruzado:

A primeira chamada Cruzadinho, que foi um pacote de ajuste fiscal lançado no dia 24 de julho de 1986, aconteceu antes das eleições, com o objetivo de desaquecer a economia e financiar um sistema de investimentos em infra-estrutura e de empréstimos compulsórios. (Modiano, 2014:294). A segunda chamada de Cruzado II foi lançada uma semana após as eleições, era um pacote fiscal que tinha como finalidade aumentar a arrecadação em 4% do PIB. Aumentando impostos indiretos e reajustando preços de bens públicos, como telefone, energia elétrica, gasolina. (Castro, 2016:116). Essa tentativa traria o descongelamento, deixando uma sensação de “oportunisto político” como Lavinia explicita. (Castro, 2016:114) Em fevereiro de 1987 foi decretado o fim do primeiro plano de estabilização de cunho “heterodoxo” no Brasil, extinguiu-se o Plano Cruzado e decretou-se moratória dos juros externos.

Assim como Modiano explicita, com o fim do Plano Cruzado e a taxa de inflação superior a 20% ao mês, em abril de 1987, Dílson Funaro deixa o cargo de ministro da Fazenda, passando a assumir Bresser-Pereira. Este por sua vez instaurou o novo plano de estabilização, que levou seu nome, Plano Bresser. (Modiano, 2014:296-297) No entanto, ao contrário do plano anterior este tinha caráter “híbrido”, ou seja, juntava elementos ortodoxos e heterodoxos em sua concepção para combater uma inflação inercial e de demanda. Buscava realizar um choque deflacionário na economia com a retirada do gatilho salarial, não fomentava eliminar totalmente a inflação e nem a desindexação plena da economia. (Castro, 2016:115)

O Plano Bresser adotou uma série de medidas de âmbitos fiscal e monetária que visavam diminuir o déficit público como aumento de tarifas, corte de gastos, congelamento de preços e salários, porém essas medidas eram realizadas de forma mais flexível, com noventa dias de duração, permitindo reajustes periódicos. Houve a criação de um novo indexador, a Unidade de Referência de Preços (URP) que seria base de reajuste dos salários e teto para reajuste de preços. O plano buscou elevar as taxas de juros acima da taxa de inflação, com o intuito de evitar o crescimento demasiado de consumo. (Modiano, 2014:298 e Castro, 2016:116-117)

Apesar do sucesso inicial devido a uma contenção do processo inflacionário, o Plano Bresser teve seu fim em dezembro de 1987. Devido a restrições à reforma tributária progressista e a um aumento do descontentamento da população, Bresser-Pereira pediu demissão do cargo de ministro, sendo substituído por Maílson da Nóbrega que instaurou um novo conjunto de medidas para alcançar a estabilização, chamado “Política do Feijão com Arroz”. Essas seriam menos radicais e buscariam reduzir gradualmente o déficit público e estabilizar a inflação em 15% ao mês. (Modiano, 2014:298-304) No entanto essas proposições também não obtiveram êxito, tendo como maior marco desse período a promulgação da Constituição de 1988. Em janeiro de 1989 foi implantado o Plano Verão, que foi o último programa de tentativa de estabilização proposto no governo Sarney.

Assim como Lavinia retrata, o Plano Verão foi um plano mais drástico, eliminando todas as medidas de indexação da economia. Não havia tempo determinado para o fim do congelamento, houve a mudança da moeda nacional, não havia regras para conversão de dívidas, o que aumentou a concentração de renda da população. O processo inflacionário foi crescendo mês a mês, passando de 80% ao mês no começo de 1990, quando o plano foi extinto com o fim do governo Sarney. (Castro, 2016:116-119)

Em 1990, Fernando Collor de Melo assumiu a presidência em eleições diretas e populares, retomando após quase trinta anos o regime democrático no país. Tendo em vista que o Brasil encontrava-se num quadro inflacionário em ritmo ascendente, no mesmo dia da sua posse, Collor lançou seu primeiro plano de reconstrução nacional, denominado Plano Brasil Novo, conhecido como Plano Collor I. Segundo Filgueiras esse plano “...constituiu-se de uma reforma monetária, um ajuste fiscal e uma política de rendas associados a medidas de liberalização do comércio exterior e a uma nova política cambial.” (Filgueiras, 2012:86) Através das medidas efetuadas nesse plano como a redução da liquidez, com o bloqueio de poupanças e contas correntes por um prazo de dezoito meses, a promoção de medidas fiscais como criação de novos impostos, redução de prazo para recolhimentos, extinção de incentivos fiscais não assegurados na Constituição, fizeram com que a inflação reduzisse para em torno de 10% ao mês, porém acompanhada de uma “forte” recessão econômica. (Castro, 2016:141)

No entanto, assim como nos outros planos vistos anteriormente, a inflação voltou a crescer ao longo do ano, sendo assim substituída a então Ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello por Marcílio Marques Moreira e instaurado um novo plano de estabilização, Plano Collor II, com propósito de conter as taxas de inflação que beiravam os 20% ao mês. Esse plano buscava ajustar o orçamento do governo, incentivar a produção industrial, extinguir da economia qualquer forma de indexação. Realizou-se novo congelamento de preços, mas com pouco respaldo no Congresso, mostrando a fragilidade do governo, como explicitado em Abreu e Werneck. (Abreu e Werneck, 2014:316-317) Mediante o fracasso de seus planos de estabilização, a retomada do crescimento inflacionário, a recessão instaurada com queda de quase 10% no PIB, juntamente com o fraco vínculo com o parlamento e a existência de denúncias de corrupção ligadas diretamente ao presidente resultaram num processo de *impeachment*, fazendo com que Collor renunciasse ao seu cargo, assumindo o poder seu vice, Itamar Franco em outubro de 1992 e definitivamente em 29 de dezembro de 1992.

Cabe ressaltar uma passagem de Bresser-Pereira sobre o período da Nova República e do início da década de 90 que sintetiza a opinião da maior parte da população na época:

“A Nova República começou em 1985 com grandes esperanças. Quando assumi o Ministério da Fazenda, dois anos depois, as esperanças haviam dado lugar à desilusão. Alguns anos mais tarde, transformar-se-iam em puro pessimismo quanto ao futuro do Brasil. Só no final de 1993 a esperança de controlar a inflação ressurgiu, quando uma parte dos economistas que haviam desenvolvido a teoria da inflação inercial volta ao governo, e o Plano Real começa a ser delineado. Em 1987 as esperanças haviam sido liquidadas pelo terrível fracasso do Plano Cruzado, que, de repente, recolocara a sociedade brasileira diante da realidade. Ao contrário

do que se pensava ou que se fantasiava em 1985 e 1986, o desenvolvimento não havia sido retomado, e a inflação, que durante alguns meses parecia ter sido domada, continuava mais forte do que nunca, ameaçando, agora, transformar-se em hiperinflação.” (Bresser-Pereira, 1996:20)

1.2 – A CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO E O CENÁRIO INTERNACIONAL: O AUGE DO NEOLIBERALISMO E O CONSENSO DE WASHINGTON

O Brasil viveu uma época de expansão, conhecida como “milagre econômico”, durante o período de 1968 a 1973, quando em regime militar, os representantes do governo apostaram em uma política gradualista que fez a taxa de inflação diminuir cerca de 74% e alcançar taxas de crescimento anuais superiores a 10%. (Baer, 2009:169) No entanto, acompanhando esse desenvolvimento econômico, verificou-se uma maior dependência externa do país, por duas razões principais: A produção de bens de capital passou a ser reduzida em detrimento à produção industrial de bens duráveis e o consumo crescente de petróleo que não eram satisfeitos pela produção nacional, sendo cada vez mais importados para suprir a necessidade de consumo interna, aumentando a dependência e a dívida externa brasileira. (Hermann, 2016:75)

Em 1973, com o primeiro choque do petróleo e seu aumento de valor no mercado internacional, a economia brasileira passa a um cenário de restrição externa, reduzindo a importação desse bem e como resultado o seu crescimento econômico. Essa época marca o início da crise do desenvolvimentismo brasileiro. Em 1979 ocorre o segundo choque do petróleo e com ele a suspensão do fluxo de capital dos países desenvolvidos para países em desenvolvimento, além do aumento das taxas de juros dos bancos estrangeiros. Essa situação internacional afetava diretamente o Brasil, já que ocorreu um aumento nos gastos com a dívida externa e também uma redução nas exportações brasileiras para países que antes compravam os bens duráveis. O crédito internacional também foi reduzido, havia a preferência de se investir em países com menores riscos, que não fossem devedores econômicos. Essa crise do desenvolvimentismo e as tentativas de ajustar o desequilíbrio das contas externas, principalmente no período de 1979 a 1984, fizeram com que o país retomasse a um processo inflacionário crescente, que juntamente com a deterioração das questões fiscais e do endividamento público, permaneceram na economia até meados da década de 90 com a criação do Plano Real. (Hermann, 2016:75-80)

No início da década de 70 com a crise do capitalismo instaurada no mundo, a partir do declínio do fordismo⁴ e pelo excessivo aumento do preço do petróleo, as ideias do neoliberalismo começaram a ganhar força e foram difundidas entre os países capitalistas a ponto de 20 anos depois já haver uma “hegemonia cultural”. (Filgueiras, 2012:43)

O Neoliberalismo verificado após a Segunda Guerra Mundial, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, como uma reação às proposições keynesianas aplicadas na Europa e nos Estados Unidos da América, teve como principal crítica a intervenção do Estado na economia. Esse intervencionismo na visão Neoliberal atrapalharia a liberdade de mercado que seria princípio para o crescimento econômico e social do país, sendo assim, havia a intenção de substituir a mão do Estado pela livre concorrência. Para os neoliberais havia a necessidade de diminuir a força do movimento sindical e restabelecer a taxa “natural de desemprego”. Segundo Anderson (1995 apud Filgueiras, 2012) a desigualdade não só é adequada como também necessária para a formação de uma sociedade democrática, que tem como base a liberdade e vitalidade da concorrência.

No Brasil, o movimento trabalhista em meados da década de 80 era muito forte, fazendo com que o Neoliberalismo ganhasse intensidade apenas a partir do governo Collor, em 1990, com a abertura econômica implementada nesse governo. Essa doutrina serviu de influência para o Plano Real, onde se viu a subvalorização do dólar e a abertura à importação. (Filgueiras, 2012:58)

Segundo Filgueiras, com o Consenso de Washington, realizado em novembro de 1989, houve a consolidação das políticas neoliberais nas “periferias do sistema”. Segundo ele, o Consenso de Washington constituiu uma das vertentes seguidas pelo Plano Real. (Filgueiras, 2012:58) Essa ideia é reforçada por Mercadante ao colocar que o Plano Real seguiu o mesmo padrão neoliberal de outros planos de estabilização realizados na América Latina. (Mercadante, 1998:131)

De acordo com Bresser, o Consenso de Washington foi formado para abordar a crise na América Latina e estabelecer medidas para superá-la. As principais causas para essa crise seriam o crescimento exacerbado do Estado, juntamente com a ineficiência providas de empresas estatais exageradas e o “populismo econômico” incapaz de assegurar os gastos

⁴ Termo criado em 1914 por Henry Ford, para determinar um modelo de produção em massa. Haveria uma linha de montagem que aumentaria a produção por meio da eficiência, reduzindo assim o preço do produto comercializado ao máximo.

salariais da economia e de conter o déficit público. E suas principais reformas seriam a redução significativa da participação do Estado na economia e a estabilização através do ajuste fiscal e da liberalização econômica, na qual o mercado teria papel primordial. (Bresser-Pereira, 1991:5-7) Segundo ele, “...a abordagem de Washington sugere que é suficiente estabilizar a economia, liberalizá-la e privatizá-la, para que o país retome o desenvolvimento.” (Bresser-Pereira, 1991:7) No entanto, como ele finaliza, os resultados não foram totalmente atingidos, o desenvolvimento após a estabilização passa a entrar em um estágio de estagnação, já que esses cortes de gastos se revelaram mais em redução de investimentos do que em preocupação com uma crise fiscal, em aumento da arrecadação de impostos e recuperação da poupança do Estado. (Bresser-Pereira, 1991:5-7)

Conforme será visto, a proposta de estabilização vinda do Plano Real associa-se à pauta da Abordagem de Washington. Assim como Mercadante explicita, a introdução do Brasil pelo presidente Fernando Henrique Cardoso nessa “nova des(ordem) internacional representa o fim de um ciclo”. (Mercadante, 1998:132) Esse ciclo de altas inflações, acompanhada com a falta de crescimento econômico e endividamento externo começaram a ter fim no governo de Fernando Collor de Mello com a retomada da democracia e alcançada pelo Plano Real tendo vertentes neoliberais, mesmo que mais tardiamente do que em outros países latino americanos.

Assim como Filgueiras expõe, nas resoluções do “Consenso de Washington” havia a necessidade da liberalização comercial e financeira, com a abertura de forma rápida dos mercados nacionais para atrair capital externo e integrar os países da América Latina à economia mundial. (Filgueiras, 2012:96) E isto foi visualizado no começo da década de 90, sendo reafirmado na época de instauração do Plano Real. Ainda como mostra Filgueiras, os elaboradores deste programa consideravam como uma proposição fundamental para que se alcançasse o objetivo de combate à inflação, eram as reformas de “caráter liberal”, como as privatizações e “quebras de monopólios estatais”. (Filgueiras, 2012:101)

Este capítulo apresentou a situação da economia brasileira ao longo da década de 80 até meados da década seguinte, onde se vivenciou um aumento do processo inflacionário e o esgotamento do processo de substituição de importações, culminando em um processo de estagflação. Para solucionar esse quadro foram instaurados programas de estabilização entre 1986 até 1993 que não alcançaram o objetivo inicial proposto por eles, apenas conseguindo temporariamente conter a inflação após a implementação de cada plano e depois culminando

no crescimento desta novamente. O país entrou em um processo de estagnação do desenvolvimentismo, com redução do crescimento do PIB como pode ser visualizado na tabela 5.

Tabela 5: Crescimento percentual do PIB ao longo da década de 80 até as vésperas da adoção do Plano Real.

ANO	CRESCIMENTO DO PIB (%)	ANO	CRESCIMENTO DO PIB (%)
1980	9,3	1987	3,5
1981	-4,3	1988	-0,1
1982	0,8	1989	3,2
1983	-2,9	1990	-4,4
1984	5,4	1991	1,0
1985	7,8	1992	-0,5
1986	7,5	1993	4,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Revista Conjuntura Econômica – FGV.

Mediante a esse conjunto de seguidas tentativas mal sucedidas, como sintetizado no quadro da tabela 6, era necessário o lançamento de um programa de estabilização que combatesse e controlasse o processo inflacionário que havia se tornado crônico. (Modiano, 2014) Esse plano veio como já referido inicialmente em 1993 no governo de Itamar Franco e serão exemplificados como se formulou e se instaurou, em que se diferenciou dos demais planos vistos até sua concepção e os resultados após sua implantação.

Tabela 6: Quadro com os planos de estabilização econômica realizados entre 1986 e 1993.

ANO	PLANO	OBJETIVOS INICIAIS	MEDIDAS ADOTADAS	TÉRMINO ALCANÇADO
1986	Plano Cruzado	Conter o processo inflacionário ascendente e desindexar a economia através de uma reforma monetária e de um congelamento de preços.	<ul style="list-style-type: none"> *Reforma monetária: criação do Cruzado e congelamento total de preços; *Taxa de câmbio inicialmente congelada; *Desindexação da economia: veto de contratos com duração inferior a um ano; *Criação do IPC; *Poupanças passaram a ter rendimentos trimestrais; *Conversão dos salários para Cruzados com a criação de um ajuste imediato dos salários sempre que a inflação atingisse 20%. 	<ul style="list-style-type: none"> *Oferta monetária maior do que deveria ser; *Aumento da demanda por bens, acompanhado por um desabastecimento da economia; *Déficit nas contas públicas; *Sobrevalorização do câmbio e com isso um aumento nas importações em detrimento das exportações; *Inflação superior a 20% ao mês; *Decretado moratória dos juros externos.
1987	Plano Bresser	<p>Promover um choque deflacionário, acabando com o gatilho salarial e mantendo a taxa inflacionária baixa com uma redução do déficit público.</p> <p>Não buscava nem a “inflação zero”, nem a desindexação plena da economia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> *Criação de um novo indexador: URP; *Reajuste salarial: houve um congelamento de salários por três meses, seguido por uma nova indexação baseado na URP; *Congelamento de preços por três meses, sendo reajustado posteriormente tomando como teto o percentual da URP; *Desvalorização do Cruzado em cerca de 9,5%, seguido de minidesvalorizações diárias da moeda; *Criação do Plano de Coerência Macroeconômica: visava à redução do déficit público. 	<ul style="list-style-type: none"> *Aceleração gradual da taxa mensal de inflação; *Política de redução do gasto público foi fracassada; *Retomada das negociações para pagamento dos juros da dívida com o FMI e término da moratória dos juros externos; *Aumento do descontentamento popular e nas expectativas de novo congelamento.
1989	Plano Verão	<p>Combater a inflação, promovendo a redução da demanda no curto prazo e taxas de juros altas juntamente com cortes nos gastos públicos em médio prazo;</p> <p>Promover a desindexação através da finalização dos mecanismos de realimentação da inflação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> *Criação de uma nova moeda: Cruzado Novo; *Congelamento de preços e salários por tempo indeterminado; *Extinção da URP; *Desvalorização cambial em torno de 18%, sendo a cotação do dólar fixada em NCz\$1; *Taxa de câmbio fixa por tempo indeterminado, acabando com a prática das minidesvalorizações diárias; *Contratos com mais de três meses poderiam ter livre indexação; *Aumento das taxas de juros reais, controle de crédito ao consumidor e aumento do recolhimento compulsório. 	<ul style="list-style-type: none"> *Crescimento acentuado da inflação, chegando a mais de 80% ao mês; *Aumento da concentração de renda da população; *Desequilíbrio fiscal, com déficits orçamentários do governo elevados;
1990	Plano Collor I	Conter de forma imediata o processo inflacionário que estava elevado e crescente, através de uma desindexação parcial da economia, com uma contração monetária, reduzindo assim o excesso de liquidez e um corte do déficit público.	<ul style="list-style-type: none"> *Retenção de ativos financeiros de pessoas físicas e jurídicas por um prazo de 18 meses; *Restabelecimento o Cruzeiro como moeda nacional; *Criação de impostos para promover o aumento da arrecadação: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Obrigações Financeiras (IOF) entre outros; *Combate à sonegação: suspensão de benefícios e incentivos fiscais não garantidos pela Constituição, redução de prazos de recolhimento; *Redução do número de ministérios, de 23 para 12; Implantação do regime de câmbio flutuante: a liberação do câmbio para promover a abertura gradual da economia para o mercado externo; *Renegociação da dívida externa. 	<ul style="list-style-type: none"> *Queda da inflação do patamar de 80% ao mês para cerca de 10% nos meses seguintes e após 20% ao final do plano; *Forte retração da economia: aumento do desemprego, queda na atividade industrial, redução do PIB e do salário real.
1991	Plano Collor II	<p>Combater a inflação que voltava a crescer, através de uma reforma financeira e de um novo congelamento de preços e salários;</p> <p>Incentivar o parque industrial brasileiro;</p> <p>Eliminar qualquer tipo de indexação da economia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> *Congelamento de preços e salários; *Extinção das aplicações no overnights; *Criação do Fundo de Aplicações Financeiras (FAF); *Criação de um novo indexador, a Taxa Referencial de juros (TR) que seria baseada nas expectativas de inflação futura e não mais passadas; *Bloqueio de 100% do orçamento de alguns ministérios, como da Educação, Bem-Estar Social, Trabalho e Saúde e 95% dos fundos destinados a investimentos, tendo que ser autorizado pelo Ministério da Fazenda. 	<ul style="list-style-type: none"> *Redução nos investimentos públicos; *Processo inflacionário não foi contido; *Grande impacto negativo do governo na mídia e no setor privado, culminando no Impeachment do presidente.

Fonte: Elaboração própria.

CAPÍTULO II: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA COM O PLANO REAL: DA CONFECÇÃO À SUA EXECUÇÃO

O período da “década perdida” e o início da década de 90 foram marcados por planos de estabilização econômica mal sucedidos, que agravaram a situação inflacionária brasileira como foi visto anteriormente. Assim sendo, em 1993 foi formulada uma nova tentativa de programa de estabilização, o Plano Real, que foi considerado pela maioria da sociedade acadêmica como um plano efetivo e bem sucedido. A seguir será mostrado como a partir do Plano Real foi possível haver o combate à inflação. Para isso será apresentado o Plano Real, mostrando os principais aspectos deste plano, passando desde sua formulação, pelas suas fases e medidas realizadas no âmbito fiscal, monetário e cambial até chegar aos resultados obtidos com a instauração deste.

II.1- CONCEITO, FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL

Em meio a um quadro inflacionário beirando a 30 % ao mês e a insatisfação popular crescente, em maio de 1993, o então presidente, Itamar Franco, após três tentativas mal sucedidas de ministros em sete meses de governo, nomeou Fernando Henrique Cardoso (FHC) como Ministro da Fazenda e este por sua vez convocou uma equipe econômica que fosse capaz de conceber um plano de estabilização que conseguisse dar fim ao regime de alta inflação que havia se tornado recorrente no Brasil. Durante meses foram discutidas ideias até se chegar à confecção do Plano Real, que seria um plano diferente dos vistos até então, não seria baseado no congelamento de preços e salários, seria um plano transparente, no qual as medidas que fossem tomadas seriam divulgadas e explicadas ao público antes de serem postas em prática. (Abreu e Werneck, 2014:319-322)

Como mostrado anteriormente, o Plano Real teve inspiração nas proposições do “Consenso de Washington” e principalmente na experiência do Plano Cruzado, tomando como base os erros cometidos nele e a discussão sobre “Inflação Inercial”. (Filgueiras, 2012:93-95) O Plano Real procurou ajustar a inflação inercial com o desequilíbrio das contas públicas, mostrando que essa fragilidade e desajuste do Estado seriam os causadores de inflação. A abertura comercial, iniciada em 1990, no governo de Fernando Collor, foi uma das principais características do Plano Real. (Lanzana, 2002:145)

Em dezembro de 1993, Fernando Henrique propôs esse novo programa de estabilização como uma “proposta” a ser discutida no Congresso, que ao ser aprovada daria reconhecimento à equipe econômica envolvida na sua concepção e traria uma confiança necessária para que o plano viesse a ser bem sucedido. O programa foi apresentado em três etapas: a primeira promoveria um ajuste fiscal visando o equilíbrio orçamentário do governo, a segunda seria a desindexação da economia com a introdução de uma unidade de conta estável, a Unidade Real de Valor (URV), e a terceira estabeleceria essa unidade de conta como a moeda do país, através da conversão dela por uma taxa de paridade com dólar. (Bacha, 1998:18-19)

Inicialmente o plano de estabilização veio a público em uma publicação, Exposição de Motivos nº 395, de 7 de dezembro de 1993, onde eram apresentadas as proposições gerais deste (já mostrando seu embasamento no Plano Larida⁵). Teve continuidade com a edição da Medida Provisória nº 434, de 28 de fevereiro de 1994, que foi convertida, após duas reedições, na Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994.

II.1.1- Fase 1 – O Ajuste Fiscal

O primeiro estágio do plano começou antecedente à sua instauração efetiva, com a intenção de fornecer uma estrutura favorável para sua concepção. Foi lançado em 14 de junho de 1993 o Programa de Ação Imediata (PAI), um conjunto de medidas tomadas com o intuito de reorganizar o setor público, contendo o desequilíbrio orçamentário do governo, tendo em vista o diagnóstico de que esse desequilíbrio era causado por problemas fiscais. (Lacerda, 2010: 289-291) Este programa mudaria o relacionamento dos estados e municípios com a União, combateria a sonegação existente na época de forma massiva, redefiniria a relação do Banco Central com os Bancos Estaduais e Municipais, aperfeiçoaria o programa de privatizações, não só buscava reduzir os gastos públicos como também proporcionar maior eficiência a eles, entre outras medidas que estabeleceriam essa reorganização. (Filgueiras, 2012:102)

⁷ Plano Larida foi lançado em 1984, no Consenso de Washington, por dois membros da equipe econômica idealizadora do Plano Real, André Lara Resende e Pêrsio Arida. Podem-se identificar quatro princípios que nortearam o Plano Real nessa proposta Larida: o pré-anúncio do programa, a introdução da moeda alternativa na fase de transição, a livre conversão de contratos para a nova moeda via mercados, o uso da reforma monetária como instrumento para remover a inércia inflacionária. Os próprios autores apontam duas grandes diferenças com o Real: a moeda indexada existiu apenas virtualmente na fase de transição e o papel atribuído à âncora dos preços. Ver capítulo 3 desta monografia para mais informações.

Essa fase inicial do Plano Real era composta, como dito na Exposição de Motivos 395, por medidas de ajuste fiscal como: a continuidade do PAI; um aumento de 5% nas alíquotas dos impostos; corte nos gastos com investimentos públicos de cerca de US\$7 bilhões; e a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), que receberia 15% de toda a receita fiscal e contribuições federais. (Baer, 2009:224)

O fundo, lançado em fevereiro de 1994, seria um instrumento de caráter temporário, que, a princípio, funcionaria por dois anos. Objetivava suavizar os custos sociais da realização do plano, diminuindo a rigidez orçamentária da União proveniente de determinações existentes na Constituição Federal de 1988, onde cerca de 80% das receitas tributárias deveriam ser aplicadas em setores específicos, como saúde e educação. Portanto, o fundo possibilitaria maior liberdade ao governo na administração de sua política fiscal. (Modenesi, 2005:301)

O problema fiscal a ser combatido pelo FSE era explicado por Edmar Bacha, mostrando que o governo havia se tornado dependente das receitas geradas por essa inflação, já que o orçamento aprovado era maior do que o verificado ao final do ano fiscal, ocorrendo um grande déficit orçamentário. Verificava-se um hiato entre despesa e receita que era compensado pela inflação. Esse hiato se devia ao fato das despesas serem fixadas em termos nominais e os impostos indexados em relação aos preços que eram afetados pela inflação, ou seja, a inflação medida em termos nominais não era a inflação realmente verificada, essa era maior do que a fixada no cálculo, fazendo com que houvesse essa diferença que financiaria os gastos públicos. (Bacha, 1998:19) Como Lavinia relata, a hipótese de Bacha era de que no Brasil ocorria um “Efeito Tanzi às Avessas”⁶, ou seja, as receitas fiscais estariam mais protegidas da inflação, melhor indexadas, do que as despesas. (Castro, 2016:143-145) Assim como Bacha explicita o objetivo dessas medidas de ajuste fiscal era provar a capacidade do governo em cumprir com as despesas previstas no orçamento sem necessitar de receitas geradas pela inflação. Esses cortes no orçamento público seriam percebidos como um “comprometimento do Estado” em se desvincular da dependência da inflação. (Bacha, 1998:19)

Essa primeira parte do plano era uma forma de demonstrar que o Estado só gastaria o que arrecadasse. Essa maior transparência nas ações governamentais garantiria uma maior

⁶ O Efeito Tanzi de Oliveira foi um conceito econômico desenvolvido por Vito Tanzi. Ocorre quando há a deterioração do valor real da arrecadação tributária em função do aumento dos preços entre o momento da geração do tributo e o momento em que este é realmente recolhido. Há um aumento do déficit público em função da perda real das receitas, ou seja, os gastos se tornam mais indexados do que as receitas e assim há um déficit para o governo. (Giambiagi, 1988:6)

credibilidade diante da população e dos agentes econômicos, possibilitando um cenário mais adequado para o lançamento da nova moeda, na segunda fase do plano vista a seguir. (Filgueiras, 2012:103)

II.1.2- Fase 2 – Desindexação e Criação da Unidade Real de Valor

O segundo estágio do plano buscava eliminar o componente inercial da inflação, gerado pelo mecanismo de indexação não sincronizado de reajuste de preços e salários da economia presenciados até aquele momento. (Modenesi, 2005:305) Para isso era necessário dar fim à autoalimentação da inflação, acabando assim com a memória inflacionária. Para alcançar esse objetivo, decretou-se a Medida Provisória n° 434 que lançou as bases do Real, criando a Unidade Real de Valor (URV). Seria uma unidade de conta estável em paridade com o dólar, capaz de alinhar os preços relativos da economia através de um mecanismo de indexação plena. Não seria implantado nenhum congelamento de preços e salários e sim, uma desindexação da economia através da URV que diminuiria o período de reajuste de preços.

Como Gustavo Franco explica, a reconstrução da moeda brasileira se deu através da URV que seria como “o embrião da nova moeda, o Real”, uma “moeda de conta que teria poder liberatório”, mas que só assumiria a função plena de moeda, tal como meio de pagamento, após sua emissão, quando teria seu nome modificado para Real. (Franco, 1995:41) Assim sendo, as funções da moeda foram separadas. A URV assumiu a função de reajuste de valores como unidade de conta e o Cruzeiro Real, moeda vigente na época, permaneceu com a função de meio de pagamento. Essa distinção pode ser vista no trecho abaixo da Lei 8.880 de 1994 que dispõe sobre o Plano Real:

“Art. 1º - Fica instituída a Unidade Real de Valor - URV, dotada de curso legal para servir exclusivamente como padrão de valor monetário, de acordo com o disposto nesta Lei. § 1º - A URV, juntamente com o Cruzeiro Real, integra o Sistema Monetário Nacional, continuando o Cruzeiro Real a ser utilizado como meio de pagamento dotado de poder liberatório, de conformidade com o disposto no art. 3º. (...) Art. 2º - A URV será dotada de poder liberatório, a partir de sua emissão pelo Banco Central do Brasil, quando passará a denominar-se Real.” (Brasil, 1994, art. 1 e art. 2)

O cálculo da URV era diário, baseado na variação proporcional ao dia de três índices: o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da FIPE/USP. A seleção dos índices relacionou-se com o fato da progressão da média desses ser

semelhante com a evolução histórica do câmbio, o que justificava a URV ser estabelecida em paridade com o dólar. (Filgueiras, 2012:104)

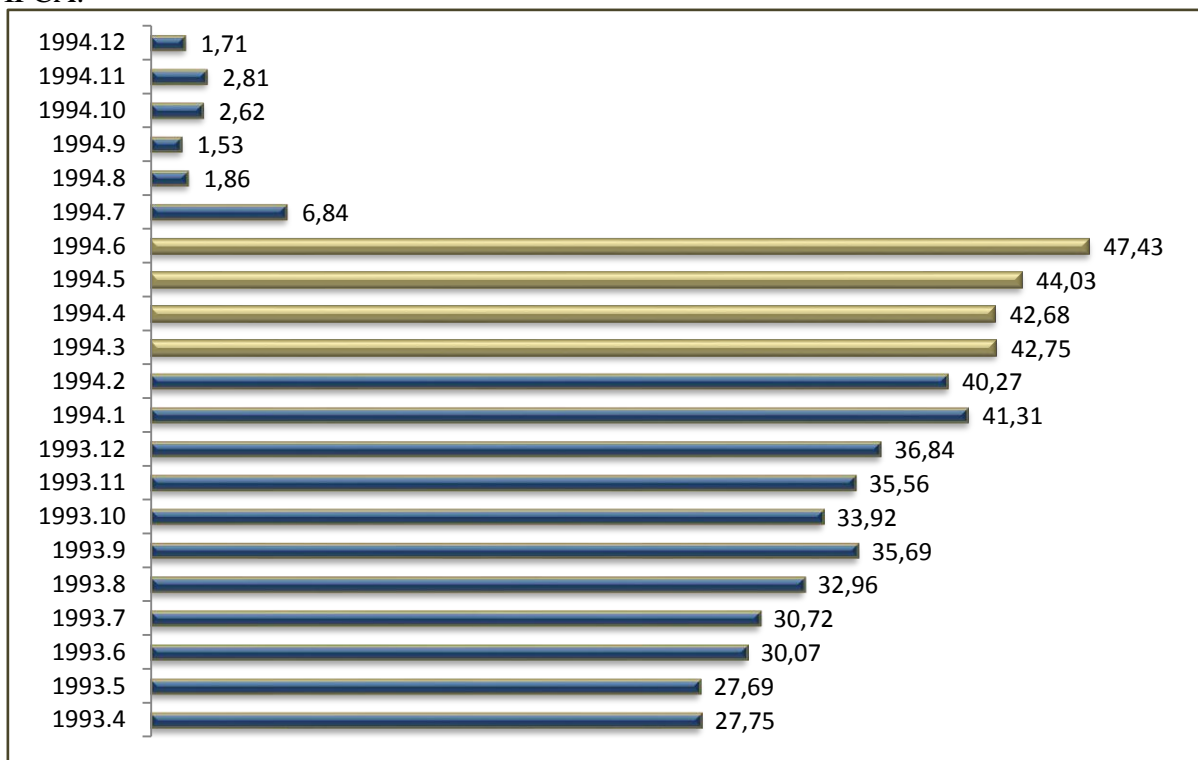
A partir do dia primeiro de março de 1994 começou a vigorar a URV e o Banco Central passou a fixar diariamente a paridade entre o cruzeiro real e a URV, sendo visto a perda de poder aquisitivo desta moeda. Logo, os contratos foram restabelecidos em URV, os reajustes podiam ser feitos de forma voluntária e livremente, porém essa correção monetária tinha que ser realizada em um período mínimo de doze meses. Para Bacha, essa conversão dos contratos para uma unidade de conta estável seria o passo inicial para obter uma moeda estável, os contratos seriam beneficiados pela indexação diária com paridade com o dólar, porém ainda era proibido fazer contratos nesta moeda. (Bacha, 1998:20)

Para evitar que ocorresse um desequilíbrio social nas conversões salariais e se mantivesse uma “neutralidade distributiva”, os salários foram convertidos pela média do salário real do quadrimestre anterior, excluindo tanto a conversão pelo valor mais alto que poderia resultar em uma explosão de consumo causado por uma ilusão monetária, quanto pelo piso salarial que traria prejuízo aos assalariados. (Lacerda, 2010:293) Também se introduziu a ideia de que os salários ficariam fixados em URV e seriam pagos pela URV de cada dia de pagamento, ou seja, haveria uma correção mensal dos salários.

Assim como relatam Pastore e Pinotti, essa segunda fase do plano tinha que ser sucedida de uma reforma monetária, não apenas para vencer o processo inflacionário como também para restabelecer a taxa de nível de preços e de inflação. (Pastore e Pinotti, 1999:20)

A URV teve duração de quatro meses, quando deu lugar ao Real no dia primeiro de julho de 1994, marcando a terceira fase do plano como será visto a seguir. Nesse período como é percebido no gráfico 2 não houve aceleração inflacionária apreciável, ocorrendo um pequeno aumento quando a URV foi instaurada e nas vésperas da emissão do Real em junho tendo em vista o movimento especulativo ao redor desse processo e ao receio de haver um novo congelamento de preços de salários.

Gráfico 2: Inflação mensal entre meados de 1993 até o final de 1994, verificada através do IPCA.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

Como verificado e reafirmado por Edmar Bacha, a reforma monetária realizada no Plano Real o diferencia de outros programas de estabilização. Em suas palavras:

“O Plano Real teve características bastante peculiares quando comparado a outros programas de reforma monetária no Brasil e em outros países. Primeiro, a desindexação de preços e salários foi precedida de uma fase de indexação plena. Segundo, a reforma monetária foi preanunciada, negociada abertamente com o Congresso, e introduzida sem congelamento de preços e salários. Terceiro, a estabilização foi alcançada sem confisco de ativos financeiros. Quarto, as políticas monetária e cambial pós-estabilização foram flexíveis, ao invés de obedecer metas monetárias estritas ou um regime cambial fixo. Quinto, a estabilização aconteceu no contexto de uma economia em expansão.” (Bacha: 1998:21-22)

II.1.3- Fase 3 – A Nova Moeda e a “Âncora Nominal”

A terceira fase do plano (iniciada com a implantação da Medida Provisória nº 542, de 30 de junho de 1994) foi marcada pela conversão da URV na nova moeda, o Real, com equivalência entre elas, ou seja, cada 1 URV seria igual a R\$1, que na época valia CR\$2.750,00. Essa mudança veio acompanhada da chamada “âncora cambial” da moeda, onde a taxa de câmbio foi fixada pelo Banco Central em R\$1=US\$1, houve uma “dolarização” da economia, sem que houvesse a conversão de Real em dólar. Foi implantado

um regime cambial flexível. (Filgueiras, 2012:108-109) Essa instauração do Real e sua conversão pode ser visualizada no trecho da Medida Provisória 542 de 1994:

“Art. 3º O Banco Central do Brasil emitirá o Real mediante a prévia vinculação de reservas internacionais em valor equivalente, observado o disposto no art. 4º desta medida provisória. § 1º As reservas internacionais passíveis de utilização para composição do lastro para emissão do Real são os ativos de liquidez internacional denominados ou conversíveis em dólares dos Estados Unidos da América. § 2º A paridade a ser obedecida, para fins de equivalência a que se refere o caput deste artigo, será de um dólar dos Estados Unidos da América para cada Real emitido.” (Brasil, 1994, art. 3)

Como Gustavo Franco expõe na passagem a seguir, essa nova forma de operar a taxa de câmbio (taxa de câmbio flexível) trazia duas novidades:

“... (i) que a taxa de câmbio estaria, doravante, inteiramente desindexada, abolindo-se, assim, de uma penada, a noção de que o câmbio era um ‘preço público’ sujeito à indexação automática e aos incansáveis pleitos de correção de ‘defasagens’; (ii) que a sustentação da taxa de câmbio em níveis artificiais resultava em compras e/ou vendas sistemáticas, como claramente vinha ocorrendo há tempos, e que os limites de emissão de moeda impediriam que isto prosseguisse.”(Franco, 1995:57)

Com a implantação da nova moeda e conseqüentemente com o controle inflacionário, verificou-se um crescimento do poder aquisitivo da população e assim do crescimento do consumo e produção, apesar de haver um equilíbrio orçamentário do governo e da adoção de taxas de juros altas. Na visão de Edmar Bacha, esse crescimento verificou-se também por algumas outras razões como: o fim do imposto inflacionário de 2% a 3% do PIB, pago anteriormente pela população menos remunerada, que acabava concentrando sua demanda no início do mês com medo da inflação seguinte e com isso os produtores cientes desse fato aumentavam seus preços ao final de cada mês; a redução de depósitos em poupança que combinada com a redução da inflação e queda nos preços, faziam com que o consumo de ativos reais se tornasse mais atraentes à população; a relativa estabilidade do real frente à inflação fazia com que houvesse menos procura à poupança, além de melhorar as condições de crédito que antes eram restritas pela incerteza. (Bacha, 1998:39-40)

No entanto, para conter essa explosão de consumo que marcou essa época, o Banco Central instaurou algumas medidas para diminuir a criação de crédito do sistema bancário, ou seja, para assim conter a liquidez, como aumentar de 40% para 100% os recolhimentos compulsórios dos depósitos à vista e fixar em 20% os recolhimentos dos depósitos compulsórios a prazo e de poupanças, o que fez com que estes fossem reduzidos aos poucos. (Castro, 2016:151) Juntamente com essas medidas, houve também uma elevação nas taxas de

juros para ajudar nessa contenção da demanda e possíveis formações de estoques especulativos.

II.2 – O CENÁRIO BRASILEIRO APÓS O PLANO REAL ENTRE 1994 A 1998

O ano de 1995 foi marcado pela busca da estabilização, havia a necessidade de conter o aumento da demanda, como mostrado anteriormente e precisava superar os efeitos que a vigente crise do México⁷ poderia causar no Brasil. Através da situação mexicana ficou perceptível a impossibilidade de se sustentar o crescimento econômico, de um país emergente, em um ambiente de total abertura comercial, com uma política de sobrevalorização da moeda nacional em relação ao dólar, gerando possíveis especulações ao regime brasileiro adotado na mesma época. Somado a esse quadro, houve uma redução na entrada de capitais, as reservas internacionais estavam diminuindo de forma rápida. Mediante a essa situação foram tomadas duas medidas como uma pequena desvalorização da taxa de câmbio, em torno de 6% do Real e elevação da taxa de juros nominais. (Giambiagi, 2016:167)

Em resposta às medidas observadas e à rápida recomposição de liquidez do mercado mundial, as reservas internacionais voltaram a crescer, fazendo com que o Real ganhasse maior credibilidade e diminuindo a pressão especulativa sobre ele. (Baer, 2009:229) No entanto, o crescimento do PIB foi reduzido e o crescimento da indústria também sofreu uma queda, esses dados podem ser verificados a partir da tabela 7 exposta a seguir. (Giambiagi, 2016:168)

Tabela 7: Crescimento anual do PIB e da indústria no Brasil entre 1993 e 1998. (taxa percentual a.a.)

ANO	PIB	INDÚSTRIA
1993	4,9	7,51
1994	5,9	7,60
1995	4,2	1,83
1996	2,2	1,73
1997	3,4	3,89
1998	0,4	-2,03

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de IPEA – Carta da Conjuntura | março 2010.

⁷ Crise do México também conhecida como Efeito Tequila, iniciada em dezembro de 1994, ocorreu pela escassez de divisas internacionais, causando a desvalorização do peso mexicano. Foi uma conjunção da crise da balança de pagamentos, com a especulação financeira e a fuga de capitais. O México era até então tratado como referência internacional, estava alinhado com as proposições do Consenso de Washington e recebia grandes remessas de investimentos internacionais.

Assim como Filgueiras explica e é visualizado na tabela 8 percebem-se quatro fases de de/crescimento do PIB distintas, cada uma relacionada a uma mudança no tratamento da atividade econômica do país, há momentos de crescimento e decrescimento do PIB, causando uma instabilidade ao período em questão. A seguir esses quatro momentos serão examinados. (Filgueiras, 2012:118-119)

Tabela 8: Trimestral do Produto Interno Bruto brasileiro entre 1993 e 1998.

ANO	VARIÇÃO % TRIMESTRAL DO PIB			
	PRIMEIRO	SEGUNDO	TERCEIRO	QUARTO
1993	2,97	5,1	4,93	4,65
1994	4,11	2,58	5,86	9,85
1995	9,54	5,86	0,32	-1,3
1996	-2,02	1,7	6,26	5,01
1997	4,73	4,91	2,82	1,84
1998	0,71	1,35	0,29	-2,14

Fonte: Filgueiras (2012:119)

A primeira etapa é vista logo após a instauração do Real, entre o terceiro trimestre de 1994 até o primeiro trimestre de 1995, onde há um crescimento da atividade econômica. Esse período foi marcado pela remonetização da economia brasileira, juntamente com a queda do processo inflacionário e pela abertura comercial, há uma condução da política cambial praticamente fixada, na média de R\$0,84, existe uma política de valorização cambial. (Filgueiras, 2012:118-124)

A segunda fase começa a ser percebida no terceiro trimestre de 1995 até março de 1996. Com a crise Mexicana veio a redução das reservas internacionais brasileiras e, conseqüentemente a elevação da taxa de juros, como elemento central para a política de âncora cambial. Houve uma desaceleração da economia, (Filgueiras, 2012:125-133)

A terceira fase compreendida de abril de 1996 ao segundo trimestre de 1997, revela uma retomada do crescimento econômico, apesar da taxa de desemprego ainda ser crescente. Esse pequeno aumento das atividades econômicas juntamente com a melhora do mercado internacional, gerou um aumento de entrada de capital estrangeiro, reduzindo gradualmente a taxa de juros e facilitando o crédito, passando a haver de novo um déficit na balança comercial brasileira. (Filgueiras, 2012:133-139)

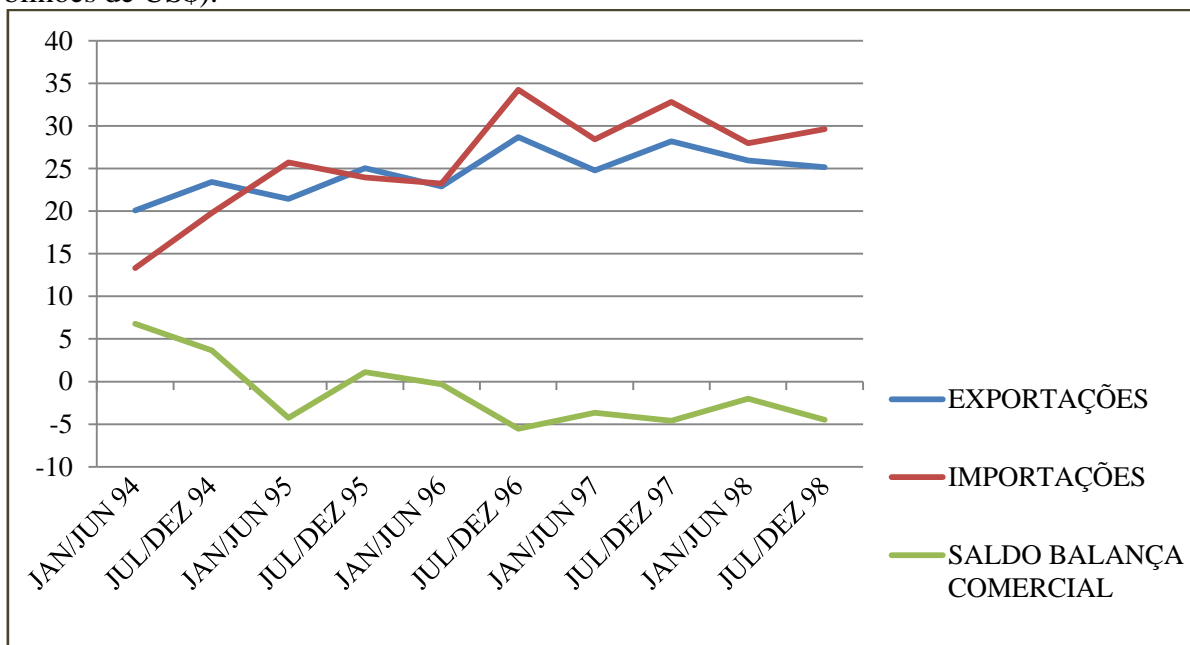
O quarto estágio visto na tabela 8, percebido entre o terceiro trimestre de 1997 e o final de 1998, foi novamente um período recessivo da economia derivado de mais uma crise internacional, dessa vez a crise Asiática⁸, causando redução nas entradas de capitais. O governo aumentou as taxas de juros e adotou medidas fiscais. Os três primeiros trimestres de 1998 apresentaram um pequeno decréscimo do PIB, que sofreu uma piora no final de 1998, como resultado de uma nova crise, agora na Rússia⁹. (Filgueiras, 2012:139-143)

Como tratado anteriormente, com o momento inicial de ajuste fiscal finalizado e com a desindexação da economia quase concluída, passou-se a utilizar a taxa de câmbio muito elevada para manter a estabilidade de preços, o que dependia de uma abertura econômica cada vez maior. Com a queda dos preços das importações, os preços dos produtos nacionais tinham que se manter moderados para haver competitividade e embora servisse para conter a questão inflacionária, essa taxa elevada marcava uma deterioração da balança comercial brasileira como mostrado no gráfico 3, já que havia um aumento das importações em conjunto com uma redução das exportações. (Baer, 2009:229)

⁸ Crise Asiática atingiu a Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Coréia do Sul. Iniciada em 1997 teve como características a acentuada desvalorização das moedas nacionais em relação ao dólar e a queda nos preços de seus produtos nos mercados acionários. Derivaram em fortes saídas de capital, com correspondente redução das reservas externas desses países atingidos. A retração nos fluxos de capitais correspondeu principalmente a desinvestimentos em carteira e a fechamentos de créditos bancários externos. A crise cambial e a saída de capital se desdobraram em arrochos de crédito nos cinco países. No entanto, em 1998, todas essas economias transitaram de déficit para superávit em seus balanços de pagamentos. (Canuto, 2000)

⁹ Crise da Rússia também conhecida como a Moratória Russa de 1998, foi marcada pela grande desvalorização do Rublo, moeda nacional russa, e pela declaração de moratória pelo governo, que é a interrupção dos pagamentos de dívidas externas, até a renegociação da dívida externa. A Rússia passou a ter altas taxas de endividamento, o desemprego atingia taxas de 14,2% em 1999, processo de inflação e baixos índices de crescimento econômico. Pode-se destacar como causas para essa crise a redução da oferta de crédito internacional como consequência da Crise Asiática e a queda no preço das *commodities* (agrícola, energéticas, minerais) exportadas pelo país. Com a redução de crédito e os prazos para pagamentos da dívida pública se esgotando, a Rússia decretou moratória e desvalorizou a moeda.

Gráfico 3: Evolução da Balança Comercial Brasileira no período de 1994 a 1998 (dados em bilhões de US\$).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ADVFN Brasil.

Em relação à política cambial adotada no país entre a instauração do Plano Real e o final de 1998, existiram, como foi mostrado, quatro diferentes momentos de atuação. Essas fases são explicadas por Francisco Eduardo P. de Souza:

“A rigor, pode-se distinguir quatro fases bem distintas na condução da política cambial do Plano Real. Nos seus três primeiros meses, o Banco Central se absteve de intervir no mercado de câmbio, ao mesmo tempo em que procurava — em vão, como depois ficaria claro — cumprir metas monetárias rígidas. Tentava-se assim uma política de âncora monetária com câmbio flutuante. Depois de uma acentuada queda nominal, o governo passa a intervir no mercado de câmbio, fixando, na prática, a cotação do dólar em R\$ 0,84 por cinco meses. Nesse segundo período, portanto, praticou-se uma política de âncora cambial rígida. Os efeitos da crise do peso sobre os fluxos de capitais e, conseqüentemente, sobre as reservas brasileiras levaram a uma nova mudança na política cambial brasileira. Uma minidesvalorização cambial de cerca de 6% em março de 1995 foi seguida de alguns meses de experimentação com pequenas correções aleatórias da cotação do dólar. A própria definição de uma “banda larga”, que jamais chegou a servir como espaço para a flutuação dos valores da moeda estrangeira, revela a indecisão em relação aos rumos da política cambial nessa terceira fase. Finalmente, as pequenas desvalorizações cambiais foram convergindo para um percentual estável, em torno de 0,6% ao mês. (...) Creio que a atual política cambial pode ser caracterizada não propriamente como uma política de âncora, e sim como uma política de ambiente anti-inflacionário. Ela não lidera os demais preços num movimento de queda, mas cria um ambiente em que as altas de preços não são sancionadas através de uma reposição cambial (ou seja, não há indexação cambial). Por outro lado, gera-se também um ambiente econômico dentro do qual correções reais da taxa de câmbio podem ser obtidas por meio da queda da taxa de inflação, obtida, entre outros fatores, por meio de uma política monetária apertada.” (Souza, 1999: 46 e 49)

Ao mesmo tempo em que a entrada de capitais causava uma sobrevalorização do câmbio e reduzia a inflação, valorizando a moeda nacional, faziam-se necessárias altas taxas de juros para manter um cenário atrativo a essa entrada, o que prejudicava o crescimento econômico e consequentemente, aumentava o desemprego na economia. Essa ideia é reafirmada por Dirceu Grasel quando este relata que “a abertura econômica e o câmbio excessivamente valorizado reduziram o mercado interno e externo para as empresas brasileiras, e uma política de juros altos limitou os gastos em investimento e consumo”. (Grasel, 2005:5)

O período de 1994 a 1998 foi delimitado pela piora do setor fiscal público. Como Giambiagi explicita, esse ciclo foi marcado por um déficit primário do setor público, por uma dívida crescente deste setor e por uma média de déficit nominal de 6% do PIB entre 1995 e 1998. (Giambiagi, 2016:172) Esse quadro de deterioração dos indicadores econômicos do setor público é apresentado na tabela 9.

Tabela 9: Balanço fiscal entre 1994 e 2000: Necessidade de financiamento e dívida líquida do setor público em relação % do PIB.

ANO	NOMINAL	OPERACIONAL	PRIMÁRIO	DÍVIDA INTERNA	DÍVIDA TOTAL
1994	24,67	-1,3	-5,21	21,32	30,01
1995	6,55	4,5	-0,24	22,86	27,98
1996	5,33	3,1	0,09	27,11	30,72
1997	5,5	3,9	0,88	27,85	31,83
1998	6,97	6,4	-0,01	33,17	38,94
1999	5,28	1,0	-2,92	35,16	44,53

Fonte: IPEA – Carta da Conjuntura | março 2010.

Este capítulo apresentou como o Plano Real com suas originalidades foi uma conquista para o país no sentido de alcançar a estabilização inflacionária que tinha se instaurado no Brasil de forma crônica. Apresentado em três fases distintas em sua conjuntura, onde cada uma teve papel fundamental para essa efetividade do programa. No entanto, ao passo que se obteve o controle de preços e salários, viu-se também uma instabilidade dos indicadores macroeconômicos no período pós Plano Real, como o crescimento do déficit da balança comercial brasileira, que só veio a se recuperar após a desvalorização cambial realizada em 1999 e a mudança para o regime de câmbio flutuante. Esse processo de estabilização da inflação foi acompanhado também de um aumento da taxa de desemprego em conjunto com decréscimo do PIB, mostrado na tabela 10.

Tabela 10: Indicadores macroeconômicos pós Plano Real.

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO	TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (MÉDIA ANUAL)	TAXA DE CÂMBIO MÉDIA (US\$)
1993	4,67	5,32	90,23
1994	5,33	5,06	0,64
1995	4,42	4,65	0,92
1996	2,15	5,43	1,01
1997	3,38	5,67	1,08
1998	0,4	7,60	1,16
1999	0,25	7,58	1,81

Fonte: IPEA- Carta de Conjuntura | março 2011.

Como visto, a concepção e realização do plano e as medidas econômicas tomadas em resposta às situações críticas, como as crises internacionais ou o excesso de consumo inicial, foram fundamentais para que o Plano Real fosse efetivo. Assim como dito por Filgueiras, “o Plano Real atingiu seu objetivo explícito, e mais imediato, que era derrubar a inflação.” (Filgueiras, 2012:149) Será visto qual foi a equipe econômica por detrás desse plano e como a partir de sua argumentação foi possível chegar a esse êxito no controle inflacionário.

CAPÍTULO III – O PLANO REAL ATRAVÉS DA INTERPRETAÇÃO DE SEUS FORMULADORES

Em meio a um quadro econômico de recessão, com uma inflação crônica e um cenário político de mudanças, onde Itamar Franco assumiu a presidência do Brasil em 1992, após o seu antecessor Fernando Collor sofrer um processo de *impeachment*, existia uma necessidade de medidas imediatas. Ao assumir como ministro de Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC) reúne uma equipe econômica que idealizaria o programa de estabilização econômica que conseguiria dar fim ao processo inflacionário crescente brasileiro.

FHC em uma de suas entrevistas concedida a Silvia Balieiro pela revista *Época Negócios* descreveu as dificuldades enfrentadas para a formulação do Plano Real, relatando que:

“Eu tive bastante decisão, coragem para fazer e capacidade de juntar uma equipe. Eu não sou economista, eventualmente a tecnicidade não foi minha, eu conhecia a economia razoavelmente, mas não era capaz de fazer tecnicamente um programa. Eu era capaz de organizar esse pessoal e explicar. Eu falava com a população, meu papel foi muito mais de explicar, que aliás o Rícupero quando me substituiu fez a mesma coisa e fez muito bem feito, manter o país motivado para que fosse possível aceitar uma visão nova da economia.” (Revista *Época Negócios*, 2014)¹⁰

Em uma segunda entrevista cedida ao Portal IG Brasil Econômico, Fernando Henrique reflete sobre o Plano Real, dispondo que a experiência com os planos anteriores foi fundamental para a equipe que implementou este programa. Em outra passagem reflete sobre sua importância para a efetividade deste, além dos demais membros idealizadores, como Gustavo Franco.¹¹

“O aprendizado com os planos anteriores, principalmente com o Cruzado, foi importante. Alguns economistas do Real participaram de experiências anteriores e sabiam que sem controle fiscal e com aumento de salários no ponto de partida a expansão da demanda sem aumento imediato da produção traria a inflação de volta. A mera estabilização de preços já

¹⁰ Reportagem cedida por Fernando Henrique Cardoso à Silvia Balieiro para a Revista *Época Negócios*, em 2014, como uma edição especial comemorativa dos 20 anos do Plano Real. Nessa reportagem há diversas entrevistas e um apanhado a respeito desse programa. Referência completa na bibliografia deste trabalho.

¹¹ Reportagem realizada por Tales Faria, IG Brasília, a respeito do Plano Real com Fernando Henrique Cardoso, em 2012. A entrevista na íntegra está apresentada no Anexo A deste trabalho.

“... tinha um efeito de aumento do poder de compra.” (Portal IG, Brasil Econômico, 2012)

Sendo assim, nesse capítulo serão apresentados os integrantes dessa equipe econômica formada em 1993, mostrando a importância desta para a efetivação do Plano Real. Será apontada a influência de suas formações acadêmicas, relacionando-as com os ideais Neoliberais contidos no Consenso de Washington já vistos ao longo deste trabalho como uma das vertentes influenciadoras do Plano Real. Em seguida será exibida a teoria que deu embasamento a este programa, a Teoria Inercial da Inflação, apontando seu vínculo com este e a argumentação da então equipe nessa formulação. Ao final serão expostas opiniões de economistas presentes nesse trabalho a respeito do Plano Real.

III.1- A EQUIPE ECONÔMICA DO PLANO REAL

Segundo Maria Rita Loureiro ocorreu uma mudança no perfil da composição das equipes econômicas dos governos ao longo dos anos no Brasil. No período desenvolvimentista, elas eram compostas por técnicos, como engenheiros, advogados e outros funcionários cuja a formação econômica era aprendida na prática, através de atividades de regulamentação, de planejamento industrial entre outros setores. (Loureiro, 2006: 348) Enquanto, após o período de redemocratização, em 1985, essas equipes passam a ser compostas predominantemente de economistas escolhidos nas universidades ou no mercado financeiro, tendo sua notoriedade acadêmica legitimada pelas suas formações no exterior. Em suma, as equipes econômicas deixam de ser autodidatas como na época dos planos desenvolvimentistas. Os integrantes dessa nova geração passam a ter liberdade de formular suas ideias e implementar planos econômicos. Tendo em vista que no Brasil “o poder executivo é mais forte do que o legislativo”, os membros dessas equipes operavam com “grande autonomia frente ao restante do sistema político, especialmente na área monetária e fiscal, graças ao apoio do presidente, diretamente ou através do ministro da Fazenda”. (Loureiro, 2006: 355)

Seguindo Loureiro, percebe-se que essa mudança nos quadros dirigentes do país relaciona-se com a internacionalização da ciência econômica, já que a padronização do estudo vigente nas escolas estrangeiras com características Neoliberais passa a ser integralizado ao Brasil. (Loureiro, 1997: 69-79) Assim como ela expõe:

“Em outras palavras, além de consolidar padrões relativamente homogêneos de formação dos economistas, a internacionalização da ciência econômica inaugura novas formas de acesso ao poder e de legitimação da

elite dirigente. A notoriedade acadêmica é garantida por fortes vínculos com o circuito científico internacional, e a visibilidade que ela propicia na imprensa, no meio empresarial e político do país é grande.” (Loureiro, 1997:79)

Ainda segundo Maria Rita Loureiro, a equipe formuladora do Plano Real arquitetada por FHC necessitava que fosse capacitada para enfrentar as questões econômicas vigentes no período. Em suas palavras:

“(…) Fernando Henrique Cardoso enfrentou o desafio de vencer uma alta e persistente inflação que exigia conhecimento técnico para produzir novas ideias (a teoria da inflação inercial é exemplo) e novas soluções políticas (o Plano Real) (Paulani, 1997). Portanto, a escolha de sua equipe orientou-se principalmente pela competência acadêmica. Como sabemos, Pedro Malan, Pêrsio Arida, Lara Resende, Edmar Bacha, Gustavo Franco, etc. quando escolhidos para dirigir a equipe econômica que formulou e implementou o Plano Real, gozavam de grande notoriedade nas universidades brasileiras e mesmo no exterior. (Loureiro, 1997 e 2005).” (Loureiro, 2006: 356)

Os economistas brasileiros que foram reunidos por FHC para integrar sua equipe econômica, assim como outros economistas na década de 90, sofreram influência das ideias do Neoliberalismo que passaram a ganhar espaço nas décadas de 60/70, sendo principalmente propagadas na Academia Americana. Como Fiori relata no trecho a seguir:

“É deste período, dos anos 60/70, a produção daquelas teorias que já mencionei, da ‘escolha pública’ das ‘expectativas racionais’, da teoria dos jogos aplicados à economia, como também é deste período 60/70 que esta teoria se torna hegemônica dentro da Academia Americana e eu diria que é hoje quase completa e avassaladora. É aí também que se formou a geração dos economistas que vieram a assumir posições de destaque no comando das políticas econômicas implementadas nos países da periferia capitalista e dos gestores da safra de planos de estabilização implementados na América Latina na década de 90.” (Fiori, 1997: 206)

Conforme será visto a seguir, a escola neoliberal esteve presente na formação acadêmica de cada integrante da equipe idealizadora do Plano Real. Assim sendo, a seguir serão mostrados esses membros, justificando a indicação feita pelo então ministro de Fazenda na época.

III.1.1- André Lara Resende

André Pinheiro de Lara Resende, visualizado na figura 1, filho do jornalista e escritor Otto Lara Resende, nasceu no dia 24 de abril de 1951 no Rio de Janeiro. Coursou a faculdade de economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), formando-se

em 1973, aos 22 anos. Em 1975 terminou o mestrado pela Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 1979 recebeu o título de Phd pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos com a tese “Inflation and Oligopolistic Price in Semi-Industrialized Economies”. (Biderman, Cozac e Rego, 1997:285)

Figura 1: André Lara Resende na época de instauração do Plano Real e atualmente.



Fonte: FAPESP e Instituto Millenium.

Nesse ano de 1979, ao retornar ao Brasil passou a lecionar na PUC/RJ, onde permaneceu até 1988. Ao mesmo tempo, tornou-se diretor do Banco de Investimentos Garantia, de 1980 a 1985. Foi também diretor externo da Companhia Ferro Brasileiro de 1984 a 1985. (Verbete Biográfico - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / FGV) De acordo com André L. Resende, essa junção da carreira acadêmica com a carreira no mercado financeiro era necessária para ele. Este expõe que seu interesse em economia sempre foi relacionado à política econômica e que seu entendimento da teoria tinha relação direta com sua aplicação na prática no mundo. (Biderman, Cozac e Rego, 1997:291) Na passagem a seguir pode-se ver a sua visão sobre essa dupla experiência:

“Foi fantástico, foi uma grande experiência. Para se ter ideia dos termos relevantes e pensar por conta própria, uma experiência prática é fundamental. E a experiência prática para o economista é naturalmente o mercado financeiro, seja do lado do Banco Central, seja do lado do mercado privado. Por quê? Porque no mercado financeiro a análise macroeconômica é fundamental.” (Resende in Biderman, Cozac e Rego, 1997: 291)

Em 1984, juntamente com seu colega de trabalho, Pêrsio Arida, divulgou as ideias que deram base à proposta de estabilização econômica brasileira apresentada no Consenso de Washington intitulada de “Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil”. (Biderman, Cozac e Rego, 1997:285) Essa proposta, conhecida como a proposta Larida, foi considerada

como um marco inicial para a teoria da inflação inercial no Brasil. Segundo ela, haveria uma nova moeda que sofreria reajustes de preços diários e sincronizados na moeda antiga, ao final da transição dessa adoção da moeda indexada acabaria eliminando o fator de propagação inflacionária, já que os preços estariam de certa forma equilibrados, realizando um ajuste neutro em termos distributivos. (Lacerda, 2010: 238-240)

Em 1986 assumiu o cargo de diretor do Banco Central na gestão do ministro de Fazenda Dílson Funaro, no governo de José Sarney. Neste ano, participou da elaboração do Plano Cruzado ao lado de Edmar Bacha, Pécio Arida, João Sayad (ministro de Planejamento), entre outros. Em 1987 juntamente com o término do plano, André Lara se retirou da vida pública e voltou a assumir o cargo de diretor do Banco de Investimentos Garantia até 1988. A partir desse ano passou a ocupar diversos cargos no setor privado até 1993, quando retornou ao setor público no governo de Itamar Franco, no cargo de negociador da Dívida Externa Brasileira, nomeado pelo então ministro da fazenda FHC, sendo um dos criadores do Plano Real. Algumas de suas atuações foram: conselheiro de Administração das Lojas Americanas, diretor da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas, vice-presidente da União de Bancos Brasileiros (Unibanco), diretor da Companhia Siderúrgica de Tubarão, foi um dos fundadores do Banco Matrix. (Biderman, Cozac e Rego, 1997:285)

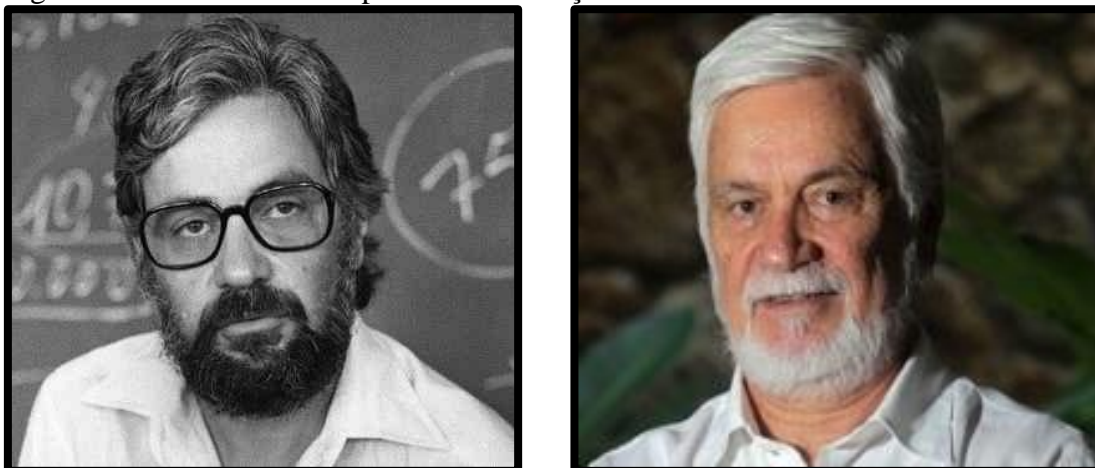
III.1.2- Edmar Bacha

Edmar Lisboa Bacha nasceu no dia 14 de fevereiro de 1942 em Lambari – Minas Gerais. Em 1963, aos 21 anos, concluiu a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Realizou a pós-graduação pelo Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE/FGV). Tornou-se mestre em economia em 1965 e três anos depois concluiu o doutorado em economia, nos Estados Unidos, na Universidade de Yale, com a tese “An Econometric Model for the World Coffee Market: The Impact of Brazilian Price Policy”. (Biderman, Cozac e Rego, 1997:231)

Após sua formação na Universidade de Yale participou de diversos cargos na vida acadêmica, foi pesquisador do Massachusetts Institute of Technology (MIT), professor da EPGE, coordenador de projetos de pesquisa do IPEA por dois anos, entre 1970/71, professor da Universidade de Brasília, onde fundou a pós-graduação em Economia, participou como “visiting scholar” em Harvard e no MIT entre 1975/77, colaborou com a pós graduação em economia da PUC/RJ em 1978, deu aulas na Universidade de Yale. Além desses diversos cargos, publicou inúmeros artigos e livros no decorrer destes anos. (Biderman, Cozac e Rego,

1997:231) Fez concurso para professor titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por onde se aposentou, logo em seguida.

Figura 2: Edmar Bacha na época de instauração do Plano Real e atualmente.



Fonte: Acervo do jornal O GLOBO e Instituto Millenium.

Na década de 80, Edmar Bacha, reproduzido na figura 2, iniciou na vida pública, sendo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no governo de Sarney, participando da equipe criadora do Plano Cruzado. No entanto, em 22 de novembro de 1986, ele foi o primeiro integrante a se retirar desse grupo. Em entrevista a Guilherme Barros, colunista da Folha de São Paulo, Edmar Bacha explica o porquê de seu afastamento, expondo que foi após a criação do gatilho salarial, motivo pelo qual ele acredita ter sido culminante para o fim do plano, que ele resolveu se desvincular. Relata também sua opinião sobre o Plano Cruzado, lamenta o fracasso desse programa e expõe seu pensamento sobre o aprendizado referente ao combate a inflação no país. Ele diz:

“Toda a equipe econômica estava muito imbuída dessa idéia de que, durante o período da ditadura, tinha havido um arrocho salarial muito grande. Naquele ímpeto da redemocratização, havia uma preocupação muito grande de fazer um plano que, em princípio, fosse neutro do ponto de vista de salário. Na verdade, o plano acabou sendo extremamente generoso em termos do reajuste salarial. Foi dado um abono salarial de 8% e um aumento de 16% no salário mínimo. Em cima disso ainda se criou o gatilho salarial [a cada 20% de inflação, havia reajuste]. Foi aí que o plano se perdeu de vez. Em qualquer processo de ajuste, há sempre o risco de uma inflação corretiva, até por causa da compressão dos preços. Esse processo de inflação corretiva temporária estava impedido pela existência do gatilho. Qualquer inflação que houvesse batia no gatilho. Foi isso o que acabou com o plano. (...) O país aprendeu, mas não precisava ter dez anos de penúria e de estagnação. Foi realmente uma tragédia o fato de nós não termos conseguido estabilizar a

economia brasileira em 1986. Custou dez anos. Custo altíssimo.” (Folha de São Paulo, 2006)¹²

Bacha ficou durante anos afastado da vida pública até retornar ao governo na gestão de FHC como um dos participantes da equipe econômica elaboradora do Plano Real e em 1994 assumiu o cargo de presidente do BNDES, permanecendo por dez meses, até finalizar seu vínculo com o governo. Em suas palavras: “Acho que o Plano Real é um marco na história brasileira, que veio para ficar.” (Bacha in Biderman, Cozac e Rego, 1997:248)

Desde 2003, ele é diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica da Casa das Garças e em novembro de 2016 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

III.1.3- Gustavo Franco

Gustavo Henrique de Barroso Franco, visualizado na figura 3, nasceu no dia 10 de abril de 1956 no Rio de Janeiro, sofreu influência do pai, Guilherme Arinos L. V. de Barroso Franco que foi assessor de Getúlio Vargas, para escolher sua carreira profissional. De 1974 a 1982 fez graduação e mestrado na PUC/RJ, onde teve sua tese “Reforma Monetária e Instabilidade na Transição Republicana” premiada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 1986 finalizou seu doutorado na Universidade de Harvard, onde sua tese sobre hiperinflações na Europa Central (especialmente na Alemanha, Áustria, Polônia e Hungria) nos anos de 1920 ganhou o prêmio da ANPEC. (Mantega e Rego, 1999:383-385)

Figura 3: Gustavo Franco na época de instauração do Plano Real e atualmente.



Fonte: Jornal O POVO – PUC/RJ e Instituto Millenium.

¹² Entrevista concedida por Edmar Bacha à Guilherme Barros para o site da Folha de São Paulo, em 26 de fevereiro de 2006. Essa reportagem “Erros do Cruzado custaram 10 anos” consta na bibliografia deste trabalho.

Franco retornou ao Brasil com título de PHD e seguiu carreira acadêmica na PUC/RJ, publicando diversos artigos até 1993, quando foi chamado para participar da equipe econômica formuladora do Plano Real, ocupando o cargo de Secretário-Adjunto de Política Econômica do ministério da Fazenda gerido por Fernando Henrique Cardoso. Em seguida ocupou os cargos de diretor de Assuntos Internacionais e de presidente do Banco Central do Brasil permanecendo até 1999. (Mantega e Rego, 1999:383) Enquanto presidente do Banco Central recebeu a responsabilidade de definir as políticas cambiais a serem tomadas durante o período de estabilização do Plano Real, tendo recebido inúmeras críticas a respeito. O trecho a seguir reflete sua opinião a respeito dessas críticas dirigidas a ele:

“(…) Bem, a política cambial era um elemento importante da construção, que me coube conceber e executar, mas todos participaram, entenderam e concordaram. Acabei assumindo pessoalmente a responsabilidade e não tenho nenhum problema com isso. Acho que o trabalho foi muito bem-feito e a estabilização foi extremamente bem-sucedida. Repito que acho uma tolice essa conversa de que tudo foi muito brilhante e que só a política cambial foi errada. É como dizer: ‘Puxa, vocês foram brilhantes em matar o leão, mas foi errado usar armas de fogo’. Ora, francamente. Isso só faz sentido como retórica política, discurso de oposição que tem de encontrar alguma coisa polêmica para ficar chateando. É o ofício da oposição.” (Franco in Mantega e Rego, 1999:402)

De sua vivência no meio público escreveu dois livros: “O Plano Real e Outros Ensaios” e “O Desafio Brasileiro: Ensaios sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda”. Franco escreveu também inúmeros artigos de outros temas econômicos, livros, colunas de jornais entre outras publicações. Em 2000 fundou a Rio Bravo Investimentos, uma empresa de serviços financeiros, fusões e aquisições, investimentos e securitizações, na qual é estrategista chefe, sendo também presidente do Instituto Millenium.

III.1.4- Pedro Malan

Pedro Sampaio Malan, reproduzido na figura 4, nasceu no dia 19 de fevereiro de 1943 no Rio de Janeiro. Formou-se em engenharia elétrica pela PUC/RJ em 1965, aos 22 anos. Em 1966 concluiu o curso da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e ingressou no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Em 1969 ingressou no curso de doutorado em economia na Universidade de Berkeley, na Califórnia nos Estados Unidos, finalizando-o em 1973. Ao retornar ao Brasil continuou com suas pesquisas no IPEA e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Ministério do Planejamento. Em 1978 passou a exercer funções acadêmicas na PUC/RJ.(Site do Ministério da Fazenda, 2017)

Figura 4: Pedro Malan na época de instauração do Plano Real e atualmente.



Fonte: Gazeta do Povo e Jornal O GLOBO.

Em agosto de 1983 Malan passou a ser diretor do Centro de Empresas Transnacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque até dezembro de 1984. Dando sequência à sua atividade na ONU, em janeiro de 1985 assumiu o cargo de diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais permanecendo até outubro de 1986. No final de 1986 tornou-se diretor executivo junto ao Banco Mundial até 1990. No governo de Fernando Collor de Melo tomou posse da diretoria executiva do Brasil, Equador e Suriname junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em meados de 1991 foi nomeado pelo ministro da Fazenda Márcilio Marques Moreira, Consultor Especial do Ministério da Fazenda e Negociador-Chefe para assuntos da dívida externa brasileira nos termos do Plano Brady¹³, pela redução da dívida pública, por reformas do Estado e pela condução do plano de privatização e de abertura comercial. Malan exerceu esse cargo até agosto de 1993 em Washington. (Verbete Biográfico - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / FGV)

Ao retornar ao Brasil, em setembro de 1993 assumiu a presidência do Banco Central indicado pelo então Ministro da Fazenda FHC no governo de Itamar Franco até o final de 1994. Ele foi um dos membros da equipe econômica arquitetada por esse ministro para elaboração do programa de estabilização, o Plano Real. Com a eleição de Fernando Henrique à presidência, Malan foi nomeado o novo Ministro da Fazenda a partir de janeiro de 1995 permanecendo durante os dois mandatos deste presidente, até 2003. (Site do Ministério da Fazenda, 2017; Verbete Biográfico - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / FGV)

¹³ Plano Brady foi um plano de auxílio a países em desenvolvimento proposto pelo secretário do Tesouro americano, Nicholas Brady. Tinha como objetivo realizar um alívio da dívida externa através de empréstimos a esses países e a negociação da dívida destes. Haveria o “perdão” de parte dessa dívida, ou seja, seria fornecido abatimentos nela, sendo securitizada em títulos Brady.

Pedro Malan, enquanto Ministro da Fazenda, ao discutir sobre o tema de inflação ponderou que:

“É fundamental manter a inflação sob controle, não porque este seja um fim em si mesmo, e muito menos, o único objetivo de um governo, mas porque trata-se de uma obrigação mínima de qualquer governo responsável e condição sine qua non para que outros objetivos, tão ou mais importantes, possam ser alcançados.” (Malan, 1999:24)

Ele explicitou quatro razões para que esse controle inflacionário fosse mantido: A primeira seria a eficiência econômica tendo em vista que a baixa inflação atrai investimentos, afeta o cálculo econômico dos agentes e dos bens e serviços. A segunda se daria na eficiência política já que isso seria esperado de qualquer governo. A terceira traria o custo social, onde uma inflação alta e crônica como a do Brasil até a instauração do Plano Real afetava diretamente a vida da população mais pobre. E a quarta razão seria de natureza ética e moral, já que na situação de hiperinflação há uma perda das referências nos setores público e privados do país. (Malan, 1999:24-25)

III.1.5- Pérsio Arida

Pérsio Arida nasceu no dia 1º de março de 1952 em São Paulo. Por seu interesse pelo marxismo, fez economia na Universidade de São Paulo (USP), formando-se em 1975 aos 23 anos. Iniciou o doutorado no MIT logo após o término do bacharelado, porém não defendeu sua tese que na época foi considerada além dos limites da economia, não finalizando o curso neste momento. Ele só concluindo seu PHD em 1992 com uma nova tese intitulada “Essays on Brazilian Stabilization Programs”. (Biderman, Cozac e Rego, 1996:319-322)

Figura 5: Pérsio Arida na época de instauração do Plano Real e atualmente.



Fonte: Acervo do jornal O GLOBO e revista ÉPOCA NEGÓCIOS.

Em 1979 foi professor convidado do Institute for Advanced Study, da Princeton University nos Estados Unidos. Ao retornar ao Brasil, em 1980, lecionou na graduação e na pós-graduação da Universidade de São Paulo e em 1982 passa a fazer parte do corpo docente da PUC/RJ. Já em 1984 passa a ser pesquisador do Smithsonian Institution, em Washington, onde apresenta seu texto em parceria com André Lara Resende pela primeira vez, chamado de “Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil” ficou conhecido como já mencionado como proposta Larida. (Biderman, Cozac e Rego, 1996:319)

Ingressou na vida pública em 1985, durante o governo de José Sarney, como Secretário de Coordenação Econômica e Social do Ministério do Planejamento. No ano seguinte tornou-se diretor da área bancária do Banco Central do Brasil e foi um dos formuladores do Plano Cruzado, instaurado em fevereiro de 1986. Em 1987 sai do Banco Central e começa a trabalhar no setor privado, torna-se diretor do Brasil Warrant onde permanece até 1989, quando torna-se membro do Conselho de Administração do Unibanco. (Biderman, Cozac e Rego, 1996:319)

Após terminar seu doutorado em 1992, retorna ao governo indicado por FHC como presidente do BNDES, sendo mais um dos integrantes da equipe econômica do Plano Real. Em 1995 assumiu a presidência do Banco Central durante cinco meses. Em 1996 passou a ser sócio- diretor do Opportunity Asset Management até 1998. (Biderman, Cozac e Rego, 1996:319)

Pérsio Arida ganhou o prêmio de “O Economista do Ano” da Ordem dos Economistas do Brasil em 2016.

Cabe ressaltar uma passagem de Arida referente ao Plano Cruzado e ao Plano Real que mostra sua concepção a respeito desses:

“O Cruzado, de toda forma, mudou o imaginário da sociedade, criou a referência da estabilidade de preços. Se não tivéssemos tido a infeliz experiência do Cruzado, dificilmente teríamos tido a experiência bem-sucedida do Plano Real. O fato é que depois do Cruzado tivemos várias tentativas subsequentes de fazer o Cruzado ‘certo’. Foi como se, a cada novo fracasso, a equipe seguinte organizasse sua reflexão em torno daquilo que os idealizadores do Cruzado gostariam de ter feito e não puderam fazer ou daquilo que deveriam ter pensado e não pensaram. O Real, em compensação, resgatou o elemento de surpresa do Cruzado. Nos dois casos, tivemos desenhos de programas de estabilização ousados, sem precedente anterior, sem a sensação do déjà vu.” (Arida in Biderman, Cozac e Rego, 1996:325)

III.2- A TEORIA INERCIALISTA E A ARGUMENTAÇÃO NO PLANO REAL

A concepção de inflação inercial foi debatida pioneiramente por economistas como Mário Henrique Simonsen, John Taylor, Felipe Pazos na década de 70, ao vislumbrarem que a inflação na América Latina tendia a se manter em patamares elevados. No entanto, apenas na década de 80, esse debate passou a ser visto no Brasil por alguns economistas como Pêrsio Arida, André Lara Resende, Edmar Bacha, Francisco Lopes (pertencentes ao corpo da PUC/RJ) e, Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano (integrantes da FGV). Nessa época foram vistas duas propostas para neutralizar a inércia inflacionária, uma de congelamento através de tabelas de conversão e outra que visava à adoção de um índice-moeda paralelo à velha moeda juntamente com o anúncio da criação de uma nova moeda. Essa última proposta idealizada por Arida e Resende foi usada, como verificado ao longo deste trabalho, no Plano Real. (Bresser-Pereira, 1996:33)

Assim como Lopes relata, há uma “natureza inercial da tendência inflacionária”, ou seja, em um ambiente onde a inflação é crônica, os agentes econômicos tendem a reajustar seus preços no pico de seus valores antecedentes para manter seus lucros. Quando a maioria dos agentes passa a agir assim, a taxa de inflação existente tende a se manter, fazendo com que a tendência inflacionária seja igual à inflação passada. (Lopes, 1985:137)

Antônio Lanzana explica que os inercialistas responsabilizam os mecanismos de indexação como parte “importante” para explicar o processo inflacionário, ou seja, relacionam essa inércia inflacionária à contratos indexados. (Lanzana, 2002:112) Essa proposição é explicada por Lavinia de Castro através da teoria de Simonsen, já que em uma situação inicial de desequilíbrios de preços, quando há a indexação para se ajustar aos valores iniciais, estes já estão contaminados pela inflação, o que acaba perpetuando esse descontrole inflacionário na economia. (Castro, 2016:105)

Através da fórmula definida por Simonsen para calcular a taxa de inflação em um período, pode-se verificar essa perpetuação do processo inflacionário, sendo essa inflação de caráter inercial. Mesmo sem nenhuma pressão de oferta ou de demanda, basta que a inflação seja alta em um ano para que ela permaneça bastante alta nos próximos anos. (Castro, 2016:106)

A equação de Simonsen:

$$r_t = a_t + br_{t+1} + g_t$$

Onde: r_t = taxa de inflação em um período.

a_t = componente de 'inflação autônoma', ou seja, é a influência dos reajustes de preços do governo ou por choques naturais da economia, como choque do petróleo.

br_t = fator de realimentação (inercial) da inflação, significa a influência da inflação do período anterior na inflação presente. Onde b é o coeficiente de realimentação. Exceto em casos de hiperinflação quando o b é maior do que 1, ele segue que $0 < b < 1$, onde no máximo se reproduz na íntegra a inflação passada.

g_t = 'excesso de demanda', quando $g_t = 0$ o produto cresce à taxa de crescimento normal da economia, sem que haja excesso de demanda. Já quando $g_t > 0$, há um excesso de demanda ou $g_t < 0$, há políticas restritivas sobre a inflação, com o produto crescendo abaixo do potencial da economia.

André Lara Resende em 1985 expôs seu diagnóstico sobre a inflação brasileira, configurando como uma premissa básica: "A inflação é agora essencialmente inercial, isto é, os preços sobem hoje porque subiram ontem, de acordo com o mecanismo perverso de catraca da economia indexada.", fornecendo a base para o Plano Real ser configurado anos depois. (Resende, 1985:131) Nesse momento ele mostra sua proposta de moeda indexada:

"A essência da proposta é, portanto, a introdução de uma nova moeda que circularia paralelamente ao cruzeiro. Tal moeda estaria defendida do imposto inflacionário pela sua cotação estável em relação a ORTN¹⁴ [Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional] e, ao menos numa primeira fase, também em relação ao dólar. A circulação paralela é fundamental para que se imponha a credibilidade da nova moeda." (Resende, 1985:132)

Resende mostra a diferença de sua proposição da moeda indexada para a reforma monetária realizada no choque ortodoxo e heterodoxo. Para ele, ao contrário do que ocorre na primeira não há a redução da liquidez da economia, nem aumento da taxa de juros, assim como não existe a redução do investimento público e sim um crescimento do produto e do emprego, sem a recessão que acompanha o gradualismo monetarista. Já em relação à segunda vertente, a proposta dele tem a vantagem de não ser compulsória, de não depender de controle administrativo e de manter o funcionamento do mercado. Seria a introdução de um ativo monetário superior à moeda contaminada pela inflação e pelo descrédito a ela fixada, não haveria uma desindexação através do controle de preços igual ao choque heterodoxo. (Resende, 1985:134)

¹⁴ ORTN - Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional.

André Lara Resende e Pêrsio Arida deram continuidade a estudos relacionados à inflação inercial e ao modo de se realizar a indexação através da moeda. Essa “proposta Larida” como já referido deu base e se assemelhou ao proposto pela Unidade Real de Valor no Plano Real, porém com algumas mudanças em sua concepção. Entre as semelhanças destacam-se o fato dos agentes poderem escolher o momento de aderir seus preços e contratos ao novo indexador, o dólar seria atrelado a esse, os depósitos e ativos financeiros compulsórios eram denominados neste indexador, a conversão das rendas contratuais seria pelo seu valor médio, entre outras. Porém se distinguiram em algumas medidas como: não haveria a circulação de duas moedas ao mesmo tempo como meio de pagamento, a princípio a URV funcionaria apenas com a função de unidade de conta, seria um indexador para contratos, para somente depois transformar a URV em Real reiterando assim a função de reserva de valor com o fim da inflação; existiu no Plano Real a criação de um indexador “superior” que daria o cálculo diário da URV através da variação verificada pelo IGP-M, IPCA-E e IPC-Fipe; outra modificação foi que os preços finais dos produtos deveriam ser expressos em Cruzeiros, sendo facultativa a cotação em URV. Uma última diferença defendida pelo próprio Pêrsio Arida era que apesar da inflação ser inercial, era necessário aumentar as taxas de juros e elevar as taxas de depósitos compulsórios da economia após a implementação do programa, com a introdução da nova moeda. (Castro, 2016:147-148)

III.3- OPINIÃO DE ALGUNS ECONOMISTAS ACERCA DO PLANO REAL NO PERÍODO ENTRE 1994 E 1999

Em um conjunto de entrevistas com economistas a respeito do Plano Real foi formulado o livro “Plano Real: Pára ou Continua?” em 1997. A partir desta publicação serão apresentadas as opiniões de alguns destes a seguir:

Para Antônio Evaristo Lanzana, mestre e doutor pela FEA-USP:

“O Plano Real representou uma estratégia muito criativa de desindexação da economia. Na ausência da política fiscal, o câmbio e a política monetária têm sido usados como instrumento de controle da inflação e de controle do ritmo de atividade, respectivamente. (...) O Plano Real promoveu forte redistribuição de renda ao eliminar o imposto inflacionário. O custo do ajuste, no entanto, é muito forte, em função da ausência de uma adequada política fiscal, o que obriga o governo a carregar a política monetária. O desemprego é o ‘problema’ com o qual o país conviverá nesse final de século.” (Lanzana in Troster e Solimeo, 1997:23)

Antônio Lacerda, economista pós-graduado pela PUC/RJ, relata que:

“O Plano Real é uma experiência muito bem-sucedida no combate à inflação. Ele conseguiu, em um curto espaço de tempo e sem gerar grandes traumas na quebra de contratos e nas regras do jogo, reduzir a inflação e mantê-la baixa durante um período que já caminha para o terceiro ano. Eu acho que o plano acabou transformando-se em uma experiência positiva para o Brasil, na medida em que mostrou com a redução da inflação o potencial do mercado em termos de ampliação de oportunidades e o exercício da cidadania. O outro lado da moeda é que o Plano Real vem baseando-se fortemente na âncora cambial e nos juros elevados, e isso tem um custo para a economia interna, representando muitas vezes a quebra de empresas e destruição de lugares de trabalho.” (Lacerda in Troster e Solimeo, 1997:31)

A opinião de João Sayad, doutor pela Universidade de Yale, a respeito do Plano Real é:

“Muito positiva: desindexação muito bem planejada e implementada, controle bem-sucedido do nível de atividade em 1994, e correção do câmbio, a partir de junho de 1995, a melhor possível. Pontos positivos: sobrevalorização excessiva (de 1 para 0,85) do câmbio e redução de tarifas muito rápidas em 1994.” (Sayad in Troster e Solimeo, 1997:78)

Nas palavras de Roberto Macedo, economista pela USP com mestrado e doutorado pela Universidade de Harvard, o Plano Real pode ser avaliado como:

“O Plano Real é incomparavelmente melhor do que aqueles que o precederam, com destaque para os da era Sarney, que se limitavam a congelamentos de preços insustentáveis na ausência de medidas que combatessem as causas fundamentais da inflação, em particular do déficit público financiado com emissão monetária. A ideia de criação da URV, permitindo um ajuste de preços relativos na fase anterior à nova moeda e evitando também o congelamento, é particularmente brilhante. Acredito que a história da política econômica terá um espaço reservado para essa inovadora experiência brasileira. (...) Lançado com enorme sucesso, o grande problema do Plano Real continua sendo a sua consolidação, uma questão que está centrada naquilo que os economistas chamam apressadamente de ajuste fiscal, mas que, na verdade, é um problema extremamente complexo.” (Macedo in Troster e Solimeo, 1997:145)

Fabio Giambiagi ao falar sobre o Plano Real em uma entrevista a Troster e Solimeo, para o livro “Plano Real: Acabou?”, expõe sua opinião a respeito:

“O Plano Real, sem dúvida nenhuma, não acabou. O Plano é um plano de estabilização, ou seja, um plano cujo objetivo é permitir as condições para a retomada do crescimento, mas com base numa inflação baixa. Esse objetivo foi perseguido ao longo dos últimos 4 ou 5 anos, e agora, após as mudanças introduzidas no início deste ano, em outro contexto, evidentemente, o objetivo de inflação baixa vai ser reforçado por meio das metas inflacionárias.” (Giambiagi in Troster e Solimeo, 1999:38)

Luiz Carlos Bresser Pereira, bacharel em Direito e PHD em economia pela USP, em um de seus artigos publicados acerca do Plano Real, “A Economia e a Política do Plano Real”,

em 1994, relata em algumas passagens sua crença de que o programa foi bem planejado e que poderia ter êxito. (Bresser-Pereira, 1994:132) A seguir será mostrado um desses trechos da época:

“O Plano Real – cujas três fases iniciais foram completadas em 1º de julho de 1994 com a reforma monetária que extinguiu o cruzeiro real e transformou a Unidade Real de Valor (URV) no Real – é certamente, entre os 13 planos de estabilização tentados no Brasil desde que se iniciou a presente crise, em 1979, o melhor concebido. Não apenas porque dá conta de forma adequada das duas causas fundamentais da inflação brasileira – a crise fiscal e a inércia inflacionária-, mas principalmente porque, em relação a inércia adotou uma solução rigorosamente inovadora: a coordenação prévia dos preços relativos através da URV. Dessa forma foi possível neutralizar as defasagens nos aumentos dos preços que caracterizam a inflação crônica ou inercial.” (Bresser-Pereira, 1994:129)

Edmar Bacha em um de seus artigos faz uma avaliação sobre o Plano Real em 1998:

“A conclusão principal é que o Plano Real não apenas foi bem-sucedido em baixar as taxas de inflação, mas também em mantê-las baixas – por volta de 1998 o Brasil pode chegar a apresentar taxas de inflação comparáveis a de seus parceiros comerciais. Entretanto, o Plano Real ainda não foi bem-sucedido em produzir uma tendência econômica na qual o controle inflacionário é compatível com crescimento econômico sustentado e um razoável equilíbrio externo.” (Bacha in Mercadante, 1998:65)

Maria da Conceição Tavares, mestre e doutora pela UFRJ, em uma entrevista dada a Fernando Haddad e publicada em 2006, no site da Fundação Perseu Abramo, falou sobre o Plano Real, expondo sua opinião sobre a concepção do programa e sua dimensão política na época. Ela diz:

“O Real é uma decorrência de duas coisas: a idéia teórica da URV era muito interessante. Seria possível fazer a convivência de duas moedas em que a velha iria ser destruída pela hiperinflação e substituída pela nova. Seria um caso de hiperinflação programada, coisa que ninguém nunca se atreveu a executar. Foi original mesmo, não há a menor dúvida. Estudaram o fenômeno da hiperinflação no mundo, verificaram o que aconteceu com a moeda nos vários países e descobriram que todos se ancoraram na moeda mais forte internacionalmente. Todos tiveram também problema fiscal. Aí começou a discussão: se primeiro fazia o ajuste fiscal ou não. Os mais ortodoxos, como Edmar Bacha, queriam primeiro fazer o ajuste fiscal. Aparentemente, o André Lara Rezende e o Pêrsio Arida, que tinham feito o modelo, topavam fazer a convivência das duas moedas, a indexada – URV – e o cruzeiro velho. Mas queriam que fosse um processo longo, porque o modelo deles requeria a destruição completa da moeda velha e a urvização ou dolarização completa da economia, para então mudar o padrão monetário. Eles achavam muito arriscado fazer no meio. Daí vem o prestígio do Gustavo Franco, porque ele, que é apenas um discípulo menor da escola e não tinha feito teoria nenhuma, percebeu que isso era impossível politicamente, dada a proximidade das eleições. Enquanto o Pêrsio e o Lara,

de um lado, e o Bacha, de outro, se enfrascaram em discussões intermináveis, o plano não ia para lugar nenhum. O dilema era: faz logo ou espera até o fim do ano? Em menos de um ano, segundo eles, o modelo não acertaria os preços relativos, sobretudo da relação entre tradables [comercializáveis] e non-tradables e a (des) indexação não estaria completa, podendo contaminar a moeda nova. Aí o Gustavo ganhou, com o apoio interessado do Fernando Henrique, que queria eleger-se de qualquer maneira. Mas cometeu o "pecado mortal" de entrar na reforma monetária deixando sobrevalorizar o Real nominalmente até outubro, quando um real valia muito mais que um dólar.”(Fundação Perseu Abramo, 2006)¹⁵

Fernando Henrique, em 1995, ao escrever o prefácio do livro a cerca do Plano Real redigido por Gustavo Franco, relatou:

“(…) O Plano constituiu, na verdade, a resposta a um objetivo amplamente partilhado pelo povo e tantas vezes frustrado: a estabilidade econômica. Nesse sentido, até agora, sem falsa modéstia e com satisfação, posso dizer que o Plano tem sido um sucesso para o país. Por quê? Acredito que por duas razões básicas: credibilidade e competência. Para manter-se a credibilidade, a marca democrática do governo foi indispensável. A decisão de explicar, a cada passo, as medidas tomadas e de antecipar suas prováveis consequências foi a mola mestra do êxito. Assim, pela primeira vez em nossa longa história de políticas para controlar a inflação, valorizam-se o diálogo e a transparência. (...) É cedo para cantar vitórias definitivas e fazer a história de um pequeno grupo que se lançou, quase sem instrumentos claros e apoios decididos, à aventura da luta antiinflacionária. Mas é de justiça dizer que o talento de Edmar Bacha, Pérsio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan, Winston Fritsch e uns poucos mais foi decisivo para que se tivesse um programa ambicioso e consistente de combate à inflação.” (Fernando Henrique Cardoso, 1995: 9-11)

De acordo com as críticas acima, pode-se concluir que o Plano Real foi efetivo no combate à inflação. À medida que os ajustes cambiais e a política monetária foram realizados como instrumentos de controle da inflação e do ritmo das atividades econômicas, foram também responsáveis por um aumento das taxas de desemprego. Percebe-se que esse programa alcançou o controle inflacionário, porém não concomitantemente ao processo de crescimento econômico do país, não houve a retomada do desenvolvimento.

Como disposto, a maior parte da sociedade acadêmica compreende a equipe econômica organizada pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, que posteriormente foi presidente do Brasil dando continuidade ao Plano Real, como responsável pela criação do programa de estabilização que conseguiu extinguir as altas taxas de inflação verificadas durante anos consecutivos no país. Assim como visto, a mudança de concepção das equipes de governo,

¹⁵ Entrevista realizada por Fernando Haddad para Fundação Perseu Abramo com Maria da Conceição Tavares. Publicada em 15 e maio de 2006. Editora Teoria e debate, nº 37, fev - mar - abr de 1998. Referência completa na bibliografia deste trabalho.

passando a ser formadas de economistas com formações influenciadas pelos ideais Neoliberais foi de suma importância para a efetivação deste programa. Sendo verificado através de um programa diferenciado, baseado no combate da inflação inercial, juntamente com o problema de déficit do governo e com o aprendizado com os planos verificados anteriormente à sua execução.

CONCLUSÃO

Como podemos ver ao longo deste trabalho, a situação da economia brasileira na década anterior à criação do Plano Real foi deteriorando à medida que os anos passavam. Observou-se o esgotamento do processo de substituição de importações, o aumento crescente do processo inflacionário, o descrédito da moeda nacional, o aumento de desemprego e o crescimento das incertezas perante os agentes econômicos. Houve um processo de estagflação da economia. No período de 1985 a 1993, ocorreram sucessivas tentativas falhas de conter esse quadro com a criação de cinco grandes programas de estabilização: Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II. A cada plano instaurado havia a contenção momentânea da taxa de inflação para em seguida culminar no processo de elevação mais acentuada desta. Nesse período verificou-se uma queda no crescimento do Produto Interno Bruto de 9,3 % em 1980 para 4,7 % em 1993, sendo que no decorrer dos anos houve um grande desequilíbrio nas contas, como verificado. Pode-se dizer que os erros cometidos nesses planos, principalmente no Plano Cruzado, serviram de lição para a equipe econômica que veio a elaborar o Plano Real.

No período anterior à fomentação do Plano Real havia a discussão a respeito dos motivos causadores da inflação, que como visto passou a ser o objetivo principal dos governos e não mais o desenvolvimento econômico do país. Porém, nesse debate inflacionário venceu a posição de que a inflação era puramente inercial, ou seja, a inflação presente era dada em função da inflação passada. O processo inflacionário era autoalimentado, graças às expectativas dos aumentos de preços e salários. A inércia inflacionária (resistência dos preços às políticas de estabilização) seria agravada pela indexação, ou seja, o reajuste de preços pela taxa de inflação passada. Nesse contexto, considerado o correto na época, o superaquecimento da demanda em relação à oferta não era causador de inflação, sendo menos ainda cogitado o déficit público como relevante. O que pode ser visto como um erro nesse diagnóstico e que mais tarde foi percebido no debate da equipe econômica do Plano Real. O congelamento de preços, visto como solução para essa questão inercial, que existia, mas não era a única motivação da inflação, foi ineficaz nos planos realizados na Nova República. Esse período pode ser visto como uma época frustrante para a população que acreditava na melhora através da retomada da democracia e também, como uma fase que serviu de aprendizado para o novo programa a ser feito.

Em meio a esse cenário, Itamar Franco presidente do Brasil em 1993 e Fernando Henrique Cardoso, Ministro de Fazenda, perceberam a necessidade de se agir rápido e de modo eficaz, havia a urgência de se criar um programa de estabilização que combatesse e controlasse esse processo inflacionário que se tornou crônico. Sendo assim, o então ministro reuniu uma equipe econômica que foi capaz de criar esse efetivo plano, que conseguiu estabilizar a inflação.

O Plano Real com suas características singulares e originais foi o plano mais bem sucedido no Brasil no sentido de conter a inflação em meio a esse cenário, verificado a partir de 1980, de política econômica voltada para controle inflacionário e não mais em busca de crescimento econômico, em consonância com os novos rumos da economia mundial. Cada uma de suas fases foi imprescindível para seu êxito. Pode-se expor algumas dessas originalidades: o fato de que com os erros cometidos nos planos anteriores a este foi possível aprender e fazer mudanças fundamentais, como por exemplo, a percepção de que o excesso de gasto público era o principal responsável pela inflação, apesar de dar a devida importância para o caráter inercial da inflação; a visualização de que havia a necessidade de se realizar um ajuste prévio à instauração do programa, ou seja, o ajuste fiscal iniciou-se anteriormente ao primeiro momento do plano; a reunião de uma equipe econômica formada por economistas capacitados que tinham influências Neoliberais; o fato do plano ser previamente exposto ao público, passando transparência, credibilidade e força; a forma como foi tratada a criação da URV, no sentido que a desindexação da economia por meio de congelamento de preços e salários se tornou muito inferior, já que provocava desajustes nos preços relativos, enquanto a URV previa um alinhamento de preços. Pode-se concluir que as duas primeiras fases do plano foram muito elaboradas e discutidas pela equipe econômica por trás do plano e que a terceira fase, da âncora cambial, seguiu o caminho de estabilizar através dos juros e do uso do câmbio como âncoras para os preços, já que havia liquidez. Essa última fase foi caracterizada pela agilidade em se responder aos problemas que se apresentaram, como os choques internacionais.

O Plano Real além de ter alcançado sucesso pelos motivos já citados, também contou com a maior abertura comercial com o exterior, já que havia abundância de liquidez e um elevado nível de reservas, condições essas mais positivas do que havia na década de 80. Outro ponto relevante para esse desfecho foi o fato do Fernando Henrique Cardoso ter relações políticas mais abrangentes, conseguindo assim apoio do Congresso e de ter dado continuidade ao plano ao assumir a presidência em 1995 após o término do mandato de Itamar Franco.

A estabilização da inflação através do Plano Real foi sem dúvida um feito inigualável para o Brasil, porém não veio acompanhada da retomada do crescimento econômico nesse período de 1994 a 1998. A política cambial rígida estabelecida nesse período acarretou na maior dependência externa do país e num grave desequilíbrio fiscal, em 1994 tínhamos um gasto fiscal estimado em 17 % do PIB que se elevou para 18% em 1998. Ao passo que se conseguiu o controle de preços e salários, observou-se um aumento nas taxas de desemprego em conjunto com a redução do PIB que em 1994 era estimado numa taxa de 5,33% e em 1998 de 0,4%.

Como mostrado à escolha da equipe econômica e o crédito a ela fornecido no sentido de que fizessem reuniões e vislumbrassem o programa da melhor forma foi essencial para a efetividade do Plano Real, ou seja, através da competência, verificada e legitimada pelas suas formações acadêmicas, e a credibilidade destinados a estes integrantes contribuíram para esse êxito.

Indubitavelmente, o Plano Real conseguiu atingir o seu objetivo principal de controle inflacionário, com a criação de uma moeda estável e forte, o Real.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. de P.; WERNECK, R. L. F. Estabilização, abertura e privatização, 1990 – 1994. In: ABREU, M. P. (Org.) *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 313-330.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARIDA, P.; RESENDE, A. L. *Inertial inflation and monetary reform in Brazil*. Departamento de Economia PUC-RJ, jan 1985. (Texto para discussão interna n.85)

BACHA, E. L. *O fisco e a inflação: uma interpretação do caso brasileiro*. Revista de Economia Política, vol. 14, n. 1, p. 5-17, jan-mar 1994. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/53-1.PDF>> Acesso em: 26 de janeiro de 2017.

BACHA, E. L. O Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, A. (Org.) *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas: Unicamp.IE, 1998. p. 11-69.

BACHA, E. Folha de São Paulo. Entrevistador: Guilherme Barros. fev 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u105583.shtml>> Acesso em: 18 de junho de 2017.

BACHA, E. In: *Verbetes Biográfico - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* / FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edmar-lisboa-bacha>> Acesso em: 4 de junho de 2017.

BAER, W. *A economia brasileira*. 3.ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Nobel, 2009.

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n° 8.880, de 27 de maio de 1994. Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8880.htm>. Acesso em: 04 de junho de 2017.

_____. Congresso Nacional. Lei n° 9.069, de 29 de junho de 1995. Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9069.htm>. Acesso em: 07 de junho de 2017.

_____. Medida Provisória n° 434, de 27 de fevereiro de 1994. Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/1990-1995/434.htm>. Acesso em: 07 de junho de 2017.

_____. Medida Provisória n° 542, de 30 de junho de 1994. Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/542.htm>. Acesso em: 09 de abril de 2017.

Brasil: Plano Real e a estabilização econômica inacabada. Revista Informe GEPEC, vol. 9, n.1, p.1-11, 2005. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/225/158>>. Acesso em: 12 de junho de 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?* Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 21, n.1, p.3-23, abr 1991. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-acriseamericalatina.pdf>>. Acesso em: 04 de maio de 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *A descoberta da inflação inercial.* Revista de Economia Contemporânea, vol. 14, n.1, p.167-192, jan-abr 2010. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.01.Descoberta_Inflacao_Inercial.pdf> Acesso em: 2 de março de 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A economia e a política do Plano Real. *Revista de Economia Política*, vol. 14, n. 4, p. 129-149, out-dez 1994.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *A inflação decifrada*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 16, n. 4 (64), p. 20-35, out-dez 1996. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/64-2.PDF>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

CANUTO, O. *A crise asiática e seus desdobramentos*. *Revista Econômica*, vol. 2, n.4, p.25-60, dez 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v2n2/3-otaviano.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

CARDOSO, F. H. *20 anos do Plano Real*. *Revista Época Negócios*. Entrevistadora: Silvia Balieiro. 2014. Transcrição de vídeo. Disponível em: <<http://20anosdoreal.epocanegocios.globo.com/fernandohenriquecardoso.html>> Acesso em: 10 de maio de 2017.

CARDOSO, F. H. Prefácio. In: FRANCO, G. H. B. *O Plano Real e outros ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 9-15, 1995.

CARNEIRO, D. D.; MODIANO E. M. Ajuste externo e desequilíbrio interno, 1980-1984. In: ABREU, M. P. (Org.) *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 263-280.

CASTRO, L. B. Esperança, frustração e aprendizado: a história da nova república (1985-1989). In: GIAMBIAGI, F. et. al. *Economia brasileira contemporânea (1945 – 2015)* 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 97-130.

CASTRO, A. B. O lado real do Real: o debate e algumas surpresas. In: MAGALHÃES, J. P. de A.; MINEIRO, A. dos S.; ELIAS, L. A. (org.) *Vinte anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 59-98.

CASTRO, L. B. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, F. et. al. *Economia brasileira contemporânea (1945 – 2015)*3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 131-164.

CUNHA, P. H. F. *A estabilização em dois registros*. Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 36, n.2, p.383-402, abr - jun 2006 Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35878/38595>>. Acesso em: 19 de maio de 2017.

FILGUEIRAS, L. A. M. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. 3. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2012.

FIORI, J. L. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRANCO, G. H. B. *Auge e declínio do inflacionismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Economia PUC-RIO, set 2004. (Texto para discussão interna n. 487)

FRANCO, G. H. B. *O Plano Real e outros ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

FRANCO, G. H. B. *Política de estabilização no Brasil: algumas lições do Plano Cruzado*. Revista de Economia Política, vol. 8, n. 2, p. 131-138, abr-jun 1988. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/30-10.pdf>> Acesso em: 9 de março de 2017.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Entrevista: Maria da Conceição Tavares*. Teoria e debate n. 37 – fev/ mar/ abr de 1998, maio 2006. Entrevistador: Fernando Haddad. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/entrevista-maria-da-conceicao-tavares>> Acesso em: 10 de maio de 2017.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002) In: GIAMBIAGI, F. et. al. *Economia brasileira contemporânea (1945 – 2015)*3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 165-195.

GIAMBIAGI, F. *O “Efeito-Tanzi” e o imposto de renda da pessoa física: um caso de indexação perfeita*. Rio de Janeiro: IPEA, 1988 (Texto para discussão interna n.133).

GRASEL, D. *Brasil: Plano Real e a estabilização econômica inacabada*. Informe GEPEC, vol. 9, n.1, p.1-11, 2005. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/225/158>> Acesso em: 16 de junho de 2017.

HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: O II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, F. et. al. *Economia brasileira contemporânea (1945 – 2015)*3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 73-95.

LACERDA, A. C. et. al. *Economia brasileira*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LANZANA, A. E. T. *Economia Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, F. L. *Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas*. Revista de Economia Política, vol. 5, n. 2, p. 135- 151, abr-jun 1985. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/18-12.PDF>> Acesso em: 13 de fevereiro de 2017.

LOUREIRO, M. R. *A participação dos economistas no governo*. Revista Análise– Revista de Administração da PUCRS, vol. 17, n.2, p. 345-359, 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/314/251>> Acesso em: 06 de julho de 2017.

LOUREIRO, M. R. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

MALAN, P. Brasil: três finais de década. In: MAGALHÃES, J. P. de A.; MINEIRO, A. dos S.; ELIAS, L. A. (org.) *Vinte anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 17-50.

MALAN, P. In: Ministério da Fazenda - Galeria de ministros. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/pedro-sampaio-malan>> Acesso em: 5 de junho de 2017.

MALAN, P. In: Verbete Biográfico - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / FGV. Edição: COSTA, M; LEMOS, R. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/pedro-sampaio-malan>> Acesso em: 5 de junho de 2017.

MANTEGA, G.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MERCADANTE, A. Plano Real e neoliberalismo tardio. In: MERCADANTE, A. (Org.) *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas: Unicamp. IE, 1998. p. 131-168.

MODENESI, A. de M. *Regimes monetários: teoria e a experiência do Real*. Barueri: Manole, 2005.

MODIANO, E. M. A ópera dos três cruzados, 1985-1990. In: ABREU, M. P. (Org.) *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 281-312.

MONTEIRO, J. V. *As regras do jogo - o Plano Real: 1997 – 2000*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MOURA, A. R. *Paeg e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PASTORE, A. C. e PINOTTI, M. C. *Inflação e estabilização: algumas lições da experiência brasileira*. Revista Brasileira de Economia, vol. 53, n.1, p.3-40, jan-mar 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/747>>. Acesso em: 05 de junho de 2017.

Plano Fernando Henrique Cardoso: Exposição de Motivos nº395, de 07 de dezembro de 1993. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 14, n. 2 (54), p. 114-131, abr-jun 1994. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/54-10.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

PORTUGAL, M. S. [et al.] *A economia do Real: Uma análise da política econômica de estabilização no período 1994-1996*. Porto Alegre: Ortiz, 1996.

RESENDE, A. L. A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. Revista de Economia Política, vol. 5, n. 2, p. 130- 134, abr-jun 1985. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/18-11.pdf>> Acesso em: 1 de março de 2017.

RESENDE, A. L. *Da inflação crônica à hiperinflação: observações sobre o quadro atual*. Revista de Economia Política, vol. 9, n. 1, p.7-20, jan-mar 1989. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/33-1.PDF>>. Acesso em: 5 de março de 2017.

RESENDE, A. L. *O conselho da moeda: um órgão emissor independente*. Revista de Economia Política, vol. 12, n. 4, p.113-120, out-dez 1992. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/48-10.pdf>> Acesso em: 7 de junho de 2017.

RESENDE, A. L. In: *Verbete Biográfico – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / FGV*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/resende-andre-lara>> Acesso em: 4 de junho de 2017.

SILVA, M. L. F. *Plano Real e âncora cambial*. Revista de Economia Política, vol. 22, n.3 (87), p.3-24, jul-set 2002. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/87-1.pdf>>. Acesso em: 05 de junho de 2017.

SOUZA, F. E. P. DE *A política de câmbio do Plano Real (1994-1998): especificidades da âncora brasileira*. Revista de economia Contemporânea, n.5, p.37-56, jun 1999. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%203/REC_3.1_02_A_politica_de_cambio_do_plano_real_1994_1998.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2017.

TROSTER, R. L.; SOLIMEO, M. *Plano Real – para ou continua?* São Paulo: Makron Books, 1997.

TROSTER, R. L.; SOLIMEO, M. *Plano Real – acabou?* São Paulo: Makron Books, 1999.

ANEXO A – ENTREVISTA COM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO A RESPEITO DO PLANO REAL.

“O Plano Real se chamava Plano FHC”

Em entrevista ao iG, Fernando Henrique Cardoso diz por que se considera o pai do real. Atribui papel decisivo ao grupo liderado por Gustavo Franco e diz que Lula e Dilma mantiveram seus princípios básicos.

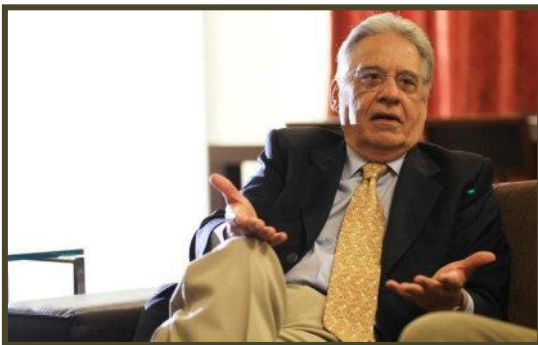
Tales Faria - iG Brasília | 24/06/2012 12:28:46

Em junho de 2011, quando completou 80 anos, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso concedeu uma entrevista ao iG em que falou principalmente de política. Agora que o Plano Real atinge 18 anos de sua criação, em 1º de julho de 1994, FHC fala novamente com exclusividade ao **iG**, desta vez com ênfase na questão econômica.

É claro que sempre sobra para a política, como por exemplo quando ele admite que o calendário político influenciou na definição do prazo de validade da URV (Unidade Real de Valor) – um índice lançado em março de 1994 para refletir a variação do poder aquisitivo da moeda em vigor, que serviu como unidade de referência de valores até a data de instauração do real, em julho, às vésperas da campanha eleitoral que elegeu FHC presidente da República.

Na entrevista, FHC diz que o ex-presidente Itamar Franco não se envolveu nas articulações políticas pela implantação do Plano Real e que o grande papel de Itamar foi servir como “a mão forte” para seu ministro da Fazenda. No caso, o próprio Fernando Henrique.

O ex-presidente diz que os fundamentos do Plano foram mantidos por seus sucessores – Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff – e que o tripé da atual política macroeconômica (câmbio flutuante, meta fiscal e meta de inflação) foi instaurado no seu governo pelo então ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, em 1999.



Valéria Gonçalves/AE: Fernando Henrique Cardoso

FHC revela que quando estourou a crise mundial de 1999, sofreu grande pressão externa para adotar no Brasil o modelo de currency board (atrelamento da moeda ao dólar). Segundo ele, “como o FMI não apoiou o Plano Real”, foi possível resistir à pressão.

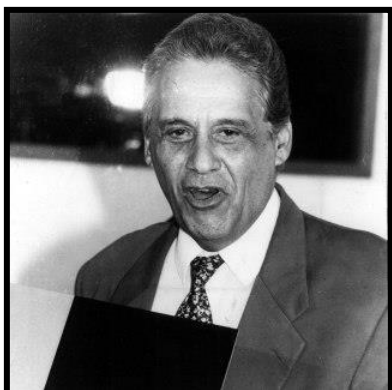
O ex-presidente afirma que em sua época “as conjunturas (déficits externos, crises etc.)” não permitiam que ele baixasse os juros tanto quanto queria. Que só a partir de 2004, com a prosperidade internacional e uma “política correta de aumento das reservas no BC”, as condições se tornaram mais favoráveis. Mas admite que deve-se muito à presidenta Dilma o patamar atual: “É inegável que o pulso da governante foi importante para baixar os juros.”

iG: Qual o papel da abertura comercial do governo Collor para o sucesso do Plano Real?

Fernando Henrique Cardoso: A abertura da economia foi fundamental para que tivéssemos um parâmetro de preços e fosse possível, pela importação, evitar o desabastecimento e o descontrole dos preços. Embora eu tivesse reduzido o ímpeto da abertura quando fui ministro da Fazenda, não deixei que houvesse novos aumentos na tarifa de importações.

iG: Em que medida os fracassos anteriores, nos anos 80, contribuíram para o plano?

FHC: O aprendizado com os planos anteriores, principalmente com o Cruzado, foi importante. Alguns dos economistas do real participaram de experiências anteriores e sabiam que sem controle fiscal e com aumento de salários no ponto de partida a expansão da demanda sem aumento imediato da produção traria a inflação de volta. A mera estabilização de preços já tinha um efeito de aumento do poder de compra.



Agência Estado: O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na época do lançamento do Real

iG: Qual o papel do ex-presidente Itamar na articulação política do plano, ele teve um papel relevante?

FHC: O presidente Itamar não se envolveu nas articulações políticas para que o plano fosse aprovado. Mas com a mão forte que me deu ajudou muito.

iG: Afinal, quem é o pai do Plano? Itamar, FHC, Ricúpero? Ciro Gomes?

FHC: Até a minha saída do ministério (abril de 1994) o plano se chamava “F H C”, o que mostra a quem se atribuía, na época, a autoria. É inegável, entretanto, que sem o apoio irrestrito que o presidente Itamar me deu e sem a capacidade do embaixador Ricúpero de comunicar-se com a sociedade na fase inicial de implementação o plano tampouco teria obtido êxito. Quanto a Ciro Gomes, foi ministro por três meses apenas e pouco havia para fazer. Mesmo assim, com a crise do Ricúpero, se o governo não dispusesse de um nome forte para substituir o embaixador, haveria consequências negativas.

iG: E o Serra? Qual foi o papel dele? Ajudou mais ou atrapalhou o Malan?

FHC: O Serra foi importante na preparação do Plano de Ação Imediata (PAI), que antecedeu o anúncio do Plano Real (feito em dezembro de 1994). Ajudou a aprovação de medidas importantes para o êxito do Plano, como o Fundo Social de Emergência.

iG: E o Gustavo Franco?

FHC: O Gustavo foi essencial. Os formuladores do programa – André Lara Resende, Pêrsio Arida e Edmar Bacha, entre os quais incluo o próprio Gustavo – são brilhantes e inventavam a cada reunião novas propostas. Era o Gustavo, em geral, quem as esmiuçava e as trazia sob a forma de decretos, medidas provisórias ou leis. Além do mais ele, junto com Eduardo Jorge,

se encarregava dos aspectos jurídicos e das relações com os advogados. Gustavo, ainda mais, deslindou toda a trama dos efeitos do Plano sobre os contratos trabalhistas.

iG: O Proer foi importante para a estabilização?

FHC: Sem o Proer, sob orientação do Malan e do Gustavo Loyola, não teria havido continuidade na estabilização. Foi um programa engenhoso e que responsabilizava os autores por eventuais malfeitos, diferentemente do que fizeram os norte-americanos e do caos em que se debatem os europeus diante da crise financeira.

iG: Como foi escolhido o prazo de validade da URV? O calendário político importava?

FHC: É indiscutível que o calendário político importava. Mas o final da URV, em julho de 94, se deu quando as condições já estavam maduras, tanto que houve sucesso imediato. Eu achava que mesmo em junho teria sido possível transformar a URV em real, tal a aceitação do Plano.

iG: A grande crítica ao Plano Real foi a gestão fiscal. Por que houve dificuldade em se promover um ajuste?

FHC: Nós promovemos um ajuste paulatino. O PAI cortara 50% do orçamento, o Fundo Social de Emergência deu o controle de 20% das verbas ao Governo Federal, por outro lado, havia duas preocupações: não desrespeitar contratos e evitar a recessão. Não se esqueça de que o FMI não apoiou o real e de que eu nunca fui monetarista nem anti-desenvolvimentista. Se apertássemos demasiadamente o lado fiscal estaríamos como estão hoje a Grécia, Portugal ou mesmo a Espanha e a crítica seria a oposta...

iG: Por que não se optou por um currency board, como na Argentina? O modelo chegou a ser considerado?

FHC: Porque não queríamos ficar sem capacidade de ajustar o câmbio, com a economia atada ao dólar. Mesmo havendo uma pequena desvalorização do Real isso não foi suficiente para segurar os mercados na crise de 1998/99, imagine-se o que ocorreria com o câmbio totalmente fixo atado ao dólar. Quando fizemos o real, como o FMI não nos apoiava, eles não podiam pressionar pelo currency board. Quando estourou a crise em janeiro de 1999, aí sim, houve pressão nesse sentido, mas nós não aceitamos as propostas de apoio em troca de currency board, pelas mesmas razões.

iG: Houve uso político na questão da âncora cambial? Por que não se alterou o regime antes? Qual era o limite da política cambial?

FHC: A âncora cambial era muito importante para o controle dos preços, como ainda hoje, basta ver como o BC intervém para evitar a desvalorização excessiva. Na época, tínhamos que houvesse a volta da inflação com o afrouxamento da âncora cambial. O argumento de que se tratava de populismo cambial é de má fé: depois de reeleito em 3 de outubro de 1998, continuei tentando evitar que o câmbio disparasse. Queria que deslizesse mais depressa, mas continuando a agir como freio para o controle de preços. O mercado “estourou” em janeiro de 1999, contra nossa vontade. Não foi astúcia para primeiro ganhar as eleições e depois afrouxar... Quase todos, depois de janeiro de 1999, acreditaram que o Plano estaria arruinado. Lutamos e em poucos meses o temor da volta da inflação desapareceu. Mas essas coisas só se sabem depois que acontecem... “Ah, se tivéssemos desvalorizado em janeiro de 1997...!” É, mas quem sabe o que teria acontecido?

iG: Em que medida o quadro externo no final dos anos 90 prejudicou o plano?

FHC: O plano externo jogou contra quase todo o tempo: dezembro de 1994- crise do México; 1997- crise asiática; 1998 - crise da Rússia e da Argentina, em 2001, crise das Torres Gêmeas, antes disso crise americana e assim por diante. As exceções foram 1996 e 2000.

iG: O atual tripé de política macroeconômica (câmbio flutuante, meta fiscal e meta de inflação) foi instaurado no seu governo?

FHC: Sim, este tripé foi instaurado pela dupla Malan/Armínio Fraga depois de janeiro de 1999.

iG: Foi apenas fruto dos eventos, pressões e exigências de curto prazo ou foi uma coisa planejada?

FHC: Foi um misto de tudo isso. Com o estouro do câmbio controlado, voltamos a idéias que haviam sido discutidas em fevereiro/março de 1995 para deixar que o câmbio flutuasse. As metas de inflação haviam sido exitosas na Inglaterra e em outros países. Sem a âncora cambial precisávamos de outro regulador. A lei de responsabilidade fiscal foi aprovada em 2000, em negociação conduzida pelo Martus Tavares.

iG: Qual o principal risco enfrentado pelo plano?

FHC: Um programa da envergadura do real – que queria para acabar com a inflação, modernizar a administração e “pôr ordem na casa” – não depende de um só ato; trata-se de um processo, que além de econômico e técnico é eminentemente político. Toma tempo e está sujeito a idas-e-vindas.

iG: Qual a maior vitória?

FHC: A persistência e a definição do rumo. Este estava dado desde dezembro de 1994. Talvez o mais significativo tenha sido a mudança de mentalidade, uma reviravolta cultural: sem racionalidade econômica, como melhorar a vida? Como atender aos mais pobres? Como investir e planejar?

iG: Faz sentido dizer que a estabilidade econômica é uma agenda consolidada e que o País terá que enfrentar agora novos desafios?

FHC: Tomara esteja mesmo consolidada. Mas que avançamos muito, não há dúvidas e de que sem ela seria mais difícil enfrentar os desafios atuais tampouco há dúvidas.

iG: O quadro institucional construído ao longo dos últimos 20 anos corre risco de retrocesso?

FHC: Dizia-se sobre a democracia no Brasil ser planta tênue que requer água regada o tempo todo. O mesmo se aplica à estabilidade de preços com tudo que requer ou vem junto.

iG: Faz sentido falar em “Maioridade do Real”? E faz sentido comemorá-la?

FHC: Ainda falta um tempinho para que ele chegue aos 21 anos... A melhor maneira de comemorá-lo é mantê-lo (mesmo que falando mal dele).

iG: O Plano ainda existe?

FHC: O Plano como tal já não existe. As políticas que ele permitiu e as que o deixaram nascer, estas sim estão aí.

iG: O governo Lula o manteve?

FHC: De um modo geral, sim.

iG: E a presidenta Dilma? Como ela tem tratado o Real?

FHC: A presidente Dilma encontra a economia do País e do mundo em nova fase. A nossa mais próspera; a do mundo em pandarecos. Sendo assim, é óbvio que ajustes são necessários. Eu não vejo cada modificação como um atentado contra o real. Naturalmente, política econômica é navegação: é preciso ver onde apontam os icebergs e o que fazer para contorná-los. Isso requer sintonias finas, para não desarranjar as máquinas do navio.

iG: Por que a questão dos juros elevados nunca foi enfrentado de modo claro pelos governos (inclusive o seu) e pela academia?

FHC: Em minha época as conjunturas (déficits externos, crises etc.) não permitiam mexer nos juros. A partir de 2004, com a prosperidade internacional e a política correta de aumento da reservas no BC, as condições se tornaram mais favoráveis à baixa de juros. Mas é inegável que o pulso da governante foi importante para baixar os juros. Espero que não advenham novas pressões inflacionárias que forcem a uma volta atrás.

iG: Porque a inflação no Brasil continua sendo maior que a média mundial?

FHC: Porque nós sempre preferimos manter um olho no crescimento e nunca conseguimos desindexar completamente os preços.

iG: Em que medida o Plano Real falhou na desindexação plena da economia?

FHC: De novo, para desindexar tudo só com uma freada que teria efeitos recessivos. Optamos pelo gradualismo. Não creio que, no período de implantação do Real, tenha havido uma falha, propriamente. Faltavam condições políticas e sociais para indexar mais depressa.

Disponível em: < <http://economia.ig.com.br/2012-06-24/o-plano-real-se-chamava-plano-fhc.html> >